

ANAIS
**II SEMINÁRIO DE EXTENSÃO,
PESQUISA E
INTERNACIONALIZAÇÃO**

**IV SEMANA ACADÊMICA DA
FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE
OURINHOS**



SEPEIQI
Seminário de Extensão, Pesquisa
e Internacionalização



**4ª Semana Acadêmica da Faculdade
Estácio de Sá de Ourinhos**

AUTORES	TÍTULO	PG. INICIAL
DIREITO		
Aline Mercelino Bueno e José Ricardo Suter	ABANDONO AFETIVO E MEDIAÇÃO COMO METÓDO ADEQUADO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS	4
Ana Luiza Dividino Gandaio e José Ricardo Suter	A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO FORTALECEDOR DE UMA JUSTIÇA EM TRANSIÇÃO.	6
Cibele Cristina Gonçalves Rodrigues e Christovam Castilho Junior	COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA: O DIÁLOGO COM A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO UM NOVO PARADIGMA NO TRATAMENTO DE CONFLITOS	9
Aline Agda Correa Cavatoni, Cibele Cristina Gonçalves Rodrigues, Daniela Elesbão Civiero Hisamura e Fabiana Polican Ciena	COMO TIRAR A EDUCAÇÃO DA CRISE	14
Alexandre Quirino Mansinho, Fabiana Polican Ciena, Sara Baldaço Domingos	A AUTONOMIA DA VONTADE GARANTIDA PELA TOMADA DE DECISÃO APOIADA NAS RELAÇÕES DE AFETO	16
Valdineia Dos Santos Bianchi e José Ricardo Suter	MEDIAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL APLICADA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS	19
Willi Lucas Paiva Dos Santos e José Ricardo Suter	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIAR E A TECNOLOGIA	21
Marcos Paulo dos Santos e José Ricardo Suter	VULNERABILIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS	23
Angelica da Silva, Maria Carolina Silva Garbo, Tiago Domingues Brito e José Ricardo Suter	DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE OURINHOS/SP E O SEU ESCRITÓRIO-MODELO	25
EDUCAÇÃO FÍSICA		
Kelly Cristina Marçulo Scudeler Leite e Mara Laiz Damasceno Antunes	RELAÇÃO ENTRE APTIDÃO FÍSICA E TEMPO DE TELA ENTRE ESCOLARES	27
Christopher Ricardo Pedro da Silva, Lidiane de Moraes Machado, Raquel Antonio dos Santos e Mara Laiz Damasceno Antunes	TEMPO DE TELA E RELAÇÃO COM A PERCEPÇÃO DE COMPETÊNCIA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	29
Aniele Ribeiro de Albuquerque e Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega dos Santos	IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PAULISTAS, MINEIROS E PARANAENSES	31
Maiara Rodrigues Conceição e Mara Laiz Damasceno Antunes	RELAÇÃO DO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E TEMPO DE TELA ENTRE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	33
Mariane Domingos de Campos, Lucimara da Palma Côrrea e Mara Laiz Damasceno Antunes	RELAÇÃO ENTRE MAIOR TEMPO DE TELA E MENOR COORDENAÇÃO MOTORA ENTRE ESCOLARES	36
Maxsuel Linhares Sena Pereira e Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega dos Santos	ACESSIBILIDADE DAS ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO: UM ESTADO NA MICRORREGIÃO DE OURINHOS-SP	39
André Evaristo Chakar, Millene Stefania Machado, Thaís de Lima Costa da Silva, Jennifer Christina de Souza Andrade, Márcio Pereira e Marco Aurélio Nóbrega	PROJETO DE EXTENSÃO "ESTÁCIO OURINHOS: EDUCAR"	41

ENFERMAGEM		
João Vitor Teodósio Soares, Mateus Machado de Oliveira e Débora Alves Guariglia	ESTILO DE VIDA EM UNIVERSITÁRIOS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL: COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO E CONSUMO DE DROGAS	45
Karen Cristina Barbosa, Lucidalva de Jesus Silva, Isabelly Christina Vendrame da Costa, Elaine Aparecida Soi e Carolina Guizardi Polido	ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM A AUTISTA EM UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	48
Anna Carolina Botelho de Souza, Bianka Fernanda de Lima, Monique Pascoal Passos, Renata Jacqueline de Olivera Dias, Tainara Vitória Martins, Carolina Guizardi Polido	VIVÊNCIA DE ALUNAS NO PROJETO DE EXTENSÃO “VIVÊNCIA PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM”	50
Oswaldo Cesar Pompei Júnior, Nathália de Azevedo Mendes, João Vitor Teodósio Soares e Carolina Guizardi Polido	MONITORIA ACADÊMICA COMO FERRAMENTA POTENCIALIZADORA DO APRENDIZADO UM RELATO DE CASO	52
Gabriela Rissonio Pádua, Larissa Carolina Lima, Mariana Franco Fernandes, Angélica Benetaci de Aquino Gandra e Carolina Guizardi Polido	VIVÊNCIA E DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA	55
Joyce Pereira dos Santos Muniz, Belisana Pinto de Abrel Araújo Neta, Carolina Guizardi Polido e Luciana Quagliane Ribeiro	ENSINO REMOTO NA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: DESAFIOS NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS COVID-19	57
FISIOTERAPIA		
Alessandra Lopes, Amanda Mila Alves de Mira, Giovanna Jorge Adas, Loreni Fernandes Giacomini, Maria Rita Martins da Rocha e Theda Manetta da Cunha Suter	ESTRESSE, QUALIDADE DE SONO E CONHECIMENTO SOBRE SAÚDE MENTAL DOS ACADÊMICOS DE FISIOTERAPIA DA FAESO	59
Evelyn de Carvalho Gouveia, Isabella Rabelo Gonçalves, Letycia da Silva Gomes, Sandy Ribeiro do Nascimento, Maisa Pires de Camargo e Maria Rita Martins	EFETIVIDADE DO TREINO OLFATIVO SOBRE A ANSIEDADE DEPRESSÃO EM PACIENTE PÓS COVID-19: ESTUDO DE CASO	62
Liandra Gabriela Galvão, Theda Manetta da Cunha Suter, Thamiris Costa de Lima, Matheus Maia da Silva, Ricardo Aparecido da Silva, Fabiana de Toledo Duarte	FISIOTERAPIA LABORAL, QUALIDADE DE VIDA E ESTADO DE HUMOR EM TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS DO RAMO EDUCACIONAL NO CENÁRIO DA COVID-19	66
Mateus Machado de Oliveira, João Vitor Teodósio Soares e Débora Alves Guariglia	ESTILO DE VIDA EM UNIVERSITÁRIOS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE ESTUDANTES DE DIFERENTES ORIENTAÇÕES SEXUAIS	69
Matheus Maia da Silva, Ricardo Aparecido da Silva, Fabiana de Toledo Duarte, Theda Manetta da Cunha Suter, Liandra Gabriela Galvão e Thamiris Costa de Lima	INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA LABORAL EM QUADROS DOLOROSOS SOB NÍVEIS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO E A INFLUÊNCIA DA ESPIRITUALIDADE NESTES RESULTADOS	71
Ricardo Aparecido da Silva e Theda Manetta da Cunha Suter	INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA LABORAL SOBRE O ENGAJAMENTO E CAPACIDADE PARA O TRABALHO	74
Thamiris Costa de Lima, Theda Manetta da Cunha Suter, Liandra Gabriela Galvão,	FISIOTERAPIA LABORAL E QUALIDADE DE VIDA SOB INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE	77

MULTIDISCIPLINAR

Ketlen Patrícia de Oliveira, Karen Cristina Barbosa, Monique Pascoal Passos, Isabelly Christina Vendrame da Costa, Elaine Aparecida Soi e Carolina Guizardi Polido Lilian Cristina Barbosa Pupo e Vanessa Aparecida Palermo Campos	APRENDER NA PANDEMIA – A EXPERIÊNCIA DE ALUNOS DA GRADUAÇÃO	80
Larissa Galante Dias, Gustavo José Corrêa Gonçalves e José Carlos Daglio Camargo	A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS NO ATENDIMENTO DE SURDAS GESTANTES NOS SERVIÇOS DA SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO	82
Cristiele Fabiana Bernardo, Gabriela Andrade Zecca, Fabiana Polican Ciena e Carolina Guizardi Polido	ENGENHARIA DIVERTIDA: UM RELATO SOBRE REFORÇO ACADÊMICO NO CONTEXTO DA PANDEMIA EM UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE OURINHOS	84
Iasmim Bernardo Batista, Maria Angélica Burocchi e Luiz Bosco Sardinha Machado Júnior	O DIREITO E A ENFERMAGEM NO MOVIMENTO DE HUMANIZAÇÃO DO GESTAR E PARIR	87
Iasmim Bernardo Batista, Maria Angélica Burocchi e Luiz Bosco Sardinha Machado Júnior	PSICOLOGIA A PSICOLOGIA NA ATENÇÃO BÁSICA E O PRINCÍPIO DA INTEGRALIDADE	90
Luiz Bosco Sardinha Machado Júnior	MATRICIAMENTO EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA	92
Isadora Silva Brandini e Luiz Bosco Sardinha Machado Júnior	O PROBLEMA DE UMA TEORIA PARA A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO BRASIL	94
	SUICÍDIO: PREVENÇÃO E POSVENÇÃO	96

**ABANDONO AFETIVO E MEDIAÇÃO COMO METÓDO
ADEQUADO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS**

Aline Marcelino Bueno¹

¹ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Estacio de Sá de Ourinhos - E-mail:
alline_021@hotmail.com

As modalidades de resolução de conflitos sofreram profundas alterações desde a primitiva autotutela até a noção de jurisdição atual. Na época em que ainda não havia leis e o Estado não era suficientemente forte e impositivo, os conflitos eram resolvidos pelos próprios meios do indivíduo, normalmente através da força ou inteligência, a chamada justiça privada, conhecida como autotutela (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2009). Ocorre que, apesar de hoje existirem vários métodos alternativos, ainda há uma resistência quanto a sua utilização, por ser estranho ao Estado-Juiz. Diante disso, esta pesquisa faz uma breve conceitualização da família, da mediação e do abandono afetivo, com o objetivo de apresentar a possibilidade de esta ser eficaz na resolução de conflitos familiares, vez que, a mediação nada mais é do que um diálogo com forte potencial de pacificar os conflitos, restaurar sentimentos e pôr fim a questões simples que chegam à esfera judicial apenas pela falta da oportunidade de ser ouvido e saber ouvir. O número expressivo de litígios na área do Direito de Família nas últimas décadas trouxe um acúmulo de trabalho excessivo, ao qual o Poder Judiciário mostrou-se incapaz de atender de forma efetiva. A ingerência e a ineficácia estatal, evidenciam-se ainda mais graves à medida que tais conflitos têm como essência, os sentimentos e a psique dos sujeitos (CACHAPUZ, 2011). Nesse rumo, tendo em vista que a mediação leva em consideração o problema em espécie e que a família é um ambiente predisposto a sentimentos de afeto, carinho, amor, confiança e segurança, mas também ódio, raiva, angústias, mágoas e dor (SUTER; CACHAPUZ, 2017), importante se faz “quebrar” os paradigmas e demonstrar que a mediação é diligente, principalmente nos casos que envolvem abandono afetivo, já que no geral, os seres humanos costumam jogar todos os seus problemas, por mais simples que possam ser no judiciário, para que o juiz resolva, porque a lei determina, porque é assim que tem que ser, quando na realidade, principalmente na seara familiar, o que se busca é suprir a falta de atenção. São situações em que a lei, por si só, não é capaz de mudar sozinha, em que pese tutele e garanta direitos e obrigações dos pais para com os filhos e vice-versa, pois para amenizar ou anular os efeitos do abandono afetivo, é preciso à colaboração e a reciprocidade de todos os envolvidos. Até o momento foi

² Professor e Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos - E-mail: ricardo.suter@estacio.br

possível auferir, pelo método hipotético dedutivo, com fundamento em doutrinas, entendimentos jurisprudências e referenciais científicos, que a mediação pode gerar frutos consistes e duráveis, pois ao contrário de uma decisão judicial imposta, esta proporciona uma resolução correspondente aos verdadeiros sentimentos das pessoas, o que acaba por fortalecer o vínculo entre pais e filhos. Isto posto, corroborar a existência e eficácia da mediação no direito familiar, amplia as possibilidades e aumenta o índice de resoluções amigáveis, evitando uma série de problemas de ordem física, intelectual e psíquica, sobretudo nas crianças e adolescentes que sofrem o abandono na fase em que mais precisam de auxílio. Deve-se entender que existem batalhas que não precisam ser postuladas ou enfrentadas, pois muitas coisas na vida não valem à pena, precisa-se analisar quais são os pesos e consequências das atitudes das pessoas e qual o fruto irá colher delas. Por fim, denota-se que resolver os problemas por meio da mediação pode ser um caminho seguro, célere e pertinente diante de tantas transformações e falta de sensibilidade existente no mundo moderno.

Palavras-chave: Mediação. Direito de família. Abandono afetivo. Resolução de conflitos.

REFERÊNCIAS:

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **Mediação nos Conflitos e Direito de Família**. Curitiba: Juruá, 2011.

GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C.; CINTRA, A. C. de A. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SUTER, José Ricardo; CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **A mediação como instrumento fortalecedor do acesso à justiça e da democracia na resolução de conflitos familiares**. *Scientia Iuris*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 237-261, jul. 2017. DOI: 10.5433/2178-8189.2017v21n1p237. ISSN: 2178-8189.

A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO FORTALECEDOR DE UMA JUSTIÇA EM TRANSIÇÃO

Ana Luiza Dividino Gandaio³

³ Graduanda do curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos e integrante do PIBIC. E-mail: analuiza.sg.01@hotmail.com.

O presente estudo objetiva abordar os aspectos da Mediação como meio alternativo de resolução de conflitos, numa sociedade culturalmente acostumada a litigar de modo que o Poder Judiciário atue de sobremaneira acima do limite razoável de proporcionar aos litigantes soluções satisfatórias e rápidas. Pretende-se também discorrer a consolidação da Mediação, como instituto que integra o Poder Judiciário, sendo um dos mais celeres e modernos meios de resolução de conflitos que envolvem habilidades específicas como a escuta ativa humanizada e o diálogo restaurativo das relações, exigindo do legislador capacitação e formação adequadas, oportunizando a evolução do Direito para a pacificação social e tornar evidente o conceito revolucionário do entendimento de acesso à justiça. Tal abordagem vem passando por um processo de evolução a partir da Resolução 125/2010 do CNJ, que considera o direito de acesso à justiça além da vertente formal ante os órgãos judiciários implicando no acesso à uma ordem jurídica justa e soluções efetivas e continua ganhando voz e notoriedade com o Código de Processo Civil e a Lei de Mediação. O método de investigação adotado na presente pesquisa consiste no hipotético-dedutivo, com abordagem dialética e crítica a partir de reflexões pautadas nos pilares da pesquisa de obras e artigos que recaem sobre o trabalho de renomados autores, expondo o problema a partir de referenciais teóricos, posto que aponta como hipótese o fato de tais meios consensuais serem técnicas capazes de proporcionarem maior celeridade na prestação da tutela jurisdicional, bem como darem autonomia às partes na resolução de suas contendas de forma a viabilizar o acesso à justiça. Assim, a presente pesquisa tem por objetivo demonstrar, sem a pretensão de esgotar o tema haja vista a sua complexidade e extensão, a necessidade de mudança de paradigma da cultura do litígio para cultura do diálogo, para que a aplicação das práticas dos meios consensuais de resolução de conflitos como a mediação e a conciliação se tornem meios eficazes de resolução de conflitos e formas de promover o exercício de cidadania e o acesso à justiça.

Palavras-chave: Mediação/resolução de conflitos. Acesso à justiça/meio alternativo de conflito.

REFERÊNCIAS:

⁴ Mestrando do Programa de Mestrado em Direito Negocial, área de Processo Civil, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista da CAPES. Advogado, Conciliador/Mediador Judicial e Professor. E-mail: ricardosuter@hotmail.com.

BRAGA NETO, Adolfo. **Mediação de Conflitos: Princípios e Norteadores**. Revista da Faculdade de Direito UniRitter. Org: Larissa Verri Boratti e Thaís Pereira Siqueira. Porto Alegre, nº11. Editora UniRitter. 2010.

BRAGA NETO, Adolfo. **Mediação de Conflitos: Conceito e Técnicas**. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem, Curso de Métodos Adequados de Solução de Controvérsias. Org: Carlos Alberto De Salles, Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini, Paulo Eduardo Alves Da Silva 3ª Edição. Editora Forense Ltda. 2019.

CABRAL, Marcelo Malizia. **Os meios alternativos de Resolução de Conflitos: Instrumentos de ampliação de acesso à justiça**. Coleção Administração Judiciária. Dissertação (Mestrado em Poder Judiciário) – Área de concentração Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, vol. XIV, Porto Alegre 2013.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça. Tradução de Elen Gracie Northfleet**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CORRÊA GONÇALVES, Vinícius José; **Justiça em Transição – Pela edificação de um novo sistema de administração da justiça no Brasil**; - 1. Ed. – Editora Dialética, Belo Horizonte 2020.

DIAS, Luciano Souto; FARIA, Kamila Cardoso. **A mediação e a conciliação no contexto do Novo Código de Processo Civil de 2015**. Revista Jurídica – UniCuritiba, v.03, n.44, p.597–630, 2016. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1881/1251>. Acesso em 10 de set. 2021.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Os fundamentos da justiça conciliativa. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano (coords.). **Mediação e gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional: guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação**. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

LORENCINI, Marco Antonio Garcia Lopes. **“Sistema Multiportas”: Opções para tratamento de conflitos de forma adequada**. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem, Curso de Métodos Adequados de Solução de Controvérsias. Org: Carlos Alberto De Salles, Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini, Paulo Eduardo Alves Da Silva 3ª Edição. Editora Forense Ltda. 2019.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. **Formas de resolução de conflitos e acesso à justiça**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 93-114, out. 2008. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27337>. Acesso em: 14 de set. 2021.

SENA, Adriana Goulart. **Formas de resolução de conflitos e acesso à justiça**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 93-114, out. 2008. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27337>. Acesso em: 14 de set. 2021.

SUTER, José Ricardo; CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **Mediação e Conciliação como meios de resolução de conflitos e acesso à justiça**. Formas consensuais de solução de conflitos I [Recurso eletrônico on-line]. Org.

CONPEDI/UdelaR/Unisinus/URI/UFSM/Inivali/UPF/FURG; Coord. Charlise Paula Colet Gimenez e Mariella Bernasconi - Florianópolis: **CONPEDI**, 2016.

TARTUCE, Fernanda; BORTOLAI, Luís Henrique. **Mediação de conflitos, inclusão social e linguagem jurídica: potencialidades e superações**. Civil Procedure Review, 2015.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação no Novo CPC: questionamentos reflexivos**. Novas Tendências do Processo Civil: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo **Civil**. Org.: Freire, Alexandre; Medina, José Miguel Garcia; Didier Jr, Fredie; Dantas, Bruno; Nunes, Dierle; Miranda de Oliveira, Pedro (no prelo). Disponível em: <www.fernandatartuce.com.br/artigosdaprofessora>. Acesso em: 13 de set. 2021.

WATANABE, Kazuo. **Cultura da sentença e cultura da pacificação**. YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (Coord.). Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: DPJ, 2005.

WATANABE, Kazuo. **Entrevista disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-09/entrevista-kazuo-watanabe-advogado>**. Acesso em: 14 de set. 2021.

COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA: O DIÁLOGO COM A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO UM NOVO PARADIGMA NO TRATAMENTO DE CONFLITOS

Cibele C. G. Rodrigues⁵

⁵Professora da educação básica pública. MBA em Gestão e Supervisão Escolar. Especialista em Educação à distância. Graduanda do curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá – Ourinhos (FAESO).
professoracibele2020@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/7123792861826095>

Considerando a polarização e ruptura social em que os litígios passam a ser constantes, e os paradoxos multiplicam-se de maneira exponencial, com reflexo considerável no sistema judiciário, criando uma demanda crescente de processos, é preciso criar um espaço de escuta mútua, que conduza à compreensão e a expressão sincera das partes, promova relacionamentos mais honestos, fortaleça as comunidades, e auxilie, de maneira empática, as resoluções de conflitos. Para tanto, é importante ressaltar que as relações humanas surgem da comunicação dialógica, portanto, a Comunicação Não-Violenta (CNV) em tempos de alarmante imaturidade política e social, se torna importante instrumento para a construção de um mundo que seja de todos e para todos, nem mais forte, nem mais fraco: humano. A escuta qualificada ou empática será um importante instrumento alternativo de pacificação nas resoluções de conflitos, perpassando pelos mais variados espaços de convívios sociais: escolas e universidades, no mundo corporativo, em organizações públicas ou privadas. O movimento dialético nas esferas sociais da contemporaneidade deve ser compreendido como um organismo dinâmico, que se autorregula na intensidade dos processos de interação social advindos do comportamento humano, marcado notadamente por eventos interativo-sociais, pela dissociação de interesses e imensa imaturidade dialógica, carrega ocorrências conflitantes, as quais colidem com os delineamentos dos comandos normativos de regulação de condutas, e necessita, emergencialmente, aprender a ouvir, deixar falar, fomentar uma cultura de compreensão, de diálogo, capaz de aclarar as diferenças sem ocultar as igualdades normativas que asseguram a lucidez democrática. Resultado de uma trajetória de mutação histórica-social, o Direito constantemente assistirá as mazelas, bem como as demandas de um determinado contexto social, motivo que impulsiona a iminente e real necessidade pela busca da pacificação social. Por isso, esta pesquisa tratará da comunicação não-violenta, considerando a Justiça Restaurativa como um novo paradigma no tratamento de conflitos, amparado na horizontalidade e no diálogo, de forma a contribuir com práticas remodeladoras, na comunicação pacificada, com escuta qualificada, elucidando o possível alcance de soluções que promovam a melhora qualitativa das relações interpessoais e a solução de controvérsias. Inovar será imprescindível, sobretudo, para o combate à redução de contendas conduzidas à

⁶ Professor do curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá – Ourinhos (FAESO).

judicialização. Nessa seara, é necessário compreender que no momento em que se apresenta uma nova proposta, possivelmente, haja estranhamento, e provável condução a caminhos habituais, os quais não abarcam, até este momento, a discussão aberta ao renascer, à reprogramação de comportamento e visão sociais. A abordagem da CNV busca nortear a expansão das possibilidades, objetivando a transposição do olhar e ações às lesões e às reparações do sistema de justiça, distanciando-se da mínima flexibilização que o sistema legal e o direito positivo têm colocado os operadores do direito e os indivíduos envolvidos no processo. Esta pesquisa é um chamado para a mais leal visão sobre o caos das relações interpessoais contemporâneas, e como essas relações, por meio das falhas comunicacionais se convergem no caos social. Mais do que uma mera constatação, Bauman (2004) faz um alerta sobre a era da modernidade líquida e que vivemos – um mundo repleto de sinais confusos, propenso a mudar com rapidez e de forma imprevisível: fatal para a nossa capacidade de amar, seja esse amor direcionado ao próximo, ao parceiro ou parceira, ou a nós mesmos. Segundo Harari (2018) por mais alguns anos ou décadas, ainda teremos escolhas. Da mesma maneira, é certo refletir sobre a incessante busca de pertencimento e sentido da existência, inerentes aos seres humanos, bem como o alcance da autonomia ou poder sobre as suas próprias vidas, convidando-os a serem protagonistas de suas vivências, considerando, neste momento, os círculos restaurativos ou de diálogo, como solução pacificadora de conflitos, e a prática efetiva da justiça. Nesta direção, a pacificação social, no que lhe concerne, é a condição indispensável para o legítimo acolhimento desses direitos, pois a inexistência do reconhecimento e da proteção dos direitos humanos, não há democracia, e sem democracia, não há condições ínfimas para a solução dos conflitos, para a construção de uma cultura de paz. No entanto, desnudados pelos desalentos de um litígio, desafiar a colher dos episódios conflituosos, possibilidades de soluções pacíficas, de maneira adequada e efetiva, vislumbra uma alternativa condutora para a promoção qualitativa das relações interpessoais e a solução de conflitos de maneira comprometida e autorresponsável. Assim sendo, a atitude correta daqueles que se encontram em situação litigiosa seria a busca de caminhos que os levem à justa resolução, isto é, o obstáculo não é a inevitabilidade das controvérsias em sociedade, mas sim a solução ofertada. Questiona-se, portanto, quais seriam os possíveis métodos de condução e de resolução de conflitos para a transformação do litígio em diálogo pacificador? Como bem alude Bacellar (2012) para entender as soluções alternativas de conflitos, é preciso lembrar da evolução histórica relativa à concepção de monopólio jurisdicional e do movimento de

acesso à justiça que inicialmente remetia a uma ideia restrita de acesso ao Poder Judiciário e ainda assim apenas formal, sobressaindo, assim a lei do mais forte. Os desafios expostos reconhecem, no Direito, o ordenamento para a coexistência social, bem como o caráter preventivo, para a garantia mínima de padrões de manutenção da paz e do equilíbrio das relações sociais. Quando são definidas as normas que regulamentam as ações legítimas ou ilícitas, e conseqüentemente as penalidades para uma possível transgressão das normas oferecidas pelo Estado, considera-se proporcionar o convívio social pacificado, ou seja, o possível impedimento de litígios. A indagação inicial se revela preponderante, pois, a depender do método utilizado no gerenciamento de um conflito de interesses, resultados favoráveis ou desfavoráveis poderão ocorrer da coexistência harmônica ou desarmônica entre as pessoas, diversos arranjos nas práticas sociais. Compreendendo que o exercício dos direitos sociais e coexistência humana começam com a forma com que as pessoas se relacionam e se comunicam, a Comunicação Não-Violenta (CNV) é um chamado a refletir sobre as falhas e ruídos das relações interpessoais contemporâneas. Ela nos guia no processo de reformular a maneira pela qual nos expressamos e escutamos os outros, e perpassa pelos mais variados espaços de convívios sociais: escolas e universidades, no mundo corporativo, em organizações públicas ou privadas. A metodologia da comunicação não-violenta auxiliará na mediação das lides, pois é uma estratégia que objetiva “tocar” o outro, causar empatia, estabelecer um vínculo, e proporcionar um ambiente para a mediação, considerando os quatro passos a serem seguidos para alcançar essa comunicação facilitadora: observar o que de fato está acontecendo, identificar os sentimento envolvidos, reconhecer quais são as necessidades para se resolver o litígio, e elaborar um pedido (o que se tem que pedir, e como pedir). Costa (1986) afirma que a violência está atrelada à ideia de intimidação pela força de alguém em situação de inferioridade física ou constrangimento moral, evoca a ruptura de um contrato, e está associada à desigualdade de poder entre os atores do conflito. Em relação à comunicação violenta, ela surge, quando se compara, julga ou quando não há responsabilização. Rosenberg (2006) salienta que a comunicação mais violenta e perigosa se dá quando não se assume a autorresponsabilidade das próprias ações, atribuindo a “culpa” em outras pessoas ou situações. Por outro lado, se faz necessário pensar o que seria a “não-violência”. Neste sentido, o autor Rosenberg explica que as nuances da não violência vão muito além de simplesmente evitar a violência física. É preciso viver de acordo com o respeito, compreensão, aceitação, apreciação e compaixão. A palavra comunicação denota um processo de construção de sentidos com o outro, está intrinsecamente implícita

a mutualidade de conexão. Propõe o equilíbrio, e aceitação do outro, criando um espaço em que seja seguro falhar, entender e não entender, observar o hábito de toda uma vida, e ter o apoio do outro, e descobrir uma nova maneira de agir, promovendo a genuína justiça restaurativa do “eu” ao “próximo”. Após essa análise acerca da CNV pode-se assegurar que a maior parte dos conflitos em meio a sociedade são resultados de falhas de comunicação. Essas falhas podem representar muitos conflitos, no entanto, dependendo da maneira como se capta este fenômeno conflitivo, ele pode representar um caminho, uma circunstância que promova crescimento pessoal e social do sujeito. O Poder Judiciário cuida até certo nível da multiplicidade dos interesses e conflitos existenciais, e o número de vezes de que se precisa de espaço dedicado para cuidar da necessidade de justiça vai muito além da capacidade que o Judiciário tem, quer ter ou consegue ter. A justiça presume algo que antecede o consenso, justamente por revelar seu pressuposto imprescindível: o diálogo. Do mesmo modo que não há consenso sem diálogo, explica Paulo Freire (2005), não há diálogo sem que, para tanto, os seres dialógicos carreguem consigo três virtudes essenciais: amor ao mundo e aos homens, fé nos homens e humildade. Em meio a esse panorama, o presente trabalho investigará as ações conceituais, procedimentais e atitudinais na área da justiça restaurativa, frente ao desafio de ruptura de paradigmas, a fim de apresentar as ações articuladoras e proposições existentes como atenuantes desse processo, elucidando alguns aspectos sobre a temática da CNV aplicada à mediação de conflitos, como dispositivo facilitador ao próprio desenvolvimento do diálogo restaurativo.

Palavras-chave: comunicação não-violenta; círculo de construção de paz; justiça restaurativa.

REFERÊNCIAS:

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça 2015. **Guia de Conciliação e Mediação Judicial: orientação para instalação de CEJUSC**. (Brasília/DF: Conselho Nacional de Justiça). Disponível in: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81026-implantacaode-500-unidades-mostra-consolidacao-dos-cejuscs-no-brasil>> Acesso em 01 de outubro de 2016.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**; Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação Não-Violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.

COMO TIRAR A EDUCAÇÃO DA CRISE

Aline Agda Correa Cavatoni⁷

Cibele Cristina Gonçalves Rodrigues⁸

Daniela Elesbão Civiero Hisamura⁹

Fabiana Polican Ciena¹⁰

Com o intuito de pesquisar o tema do direito humano à educação e sua efetividade, os diálogos criativos iniciais foram sobre como melhorar a qualidade do serviço de utilidade pública que é a educação, especialmente na educação básica. Com marco teórico em ARENDT e CARA, percebeu-se que a crise existe para além dessa gestão e território, sendo um projeto de necropolítica há séculos em todo globo. ARENDT (1957) explica

⁷ Graduanda do curso de Direito da FAESO. aline.cavatoni@gmail.com

⁸ Graduanda do curso de Direito da FAESO. professoracibele2020@gmail.com

⁹ Graduanda do curso de Direito da FAESO. danielesbaociviero@gmail.com

¹⁰ Docente do curso de Direito da FAESO. fabiana.ciena@estacio.br

que, a crise na educação não seria uma consequência de lugares específicos, mas sim algo generalizado e também uma questão política, já que não é dedicada à Educação toda a importância que ela necessita, tornando-se parte de uma crise maior, pois, no mundo, sempre haverá novas pessoas surgindo e estas precisam ser educadas para conviver nele. Para tanto, esse preparo precisa ser efetivo, já que o mundo precede a existência humana. Segundo ARENDT (1957) educar demanda dois fatos muito importantes: 1) AUTORIDADE – para dizer ao educando como é o mundo no qual ele se insere; 2) RESPEITO PELA TRADIÇÃO – necessidade de obediência a certos costumes do mundo já existente. Para que essa transformação seja possível, é preciso entender seu funcionamento, percebendo que a crise na educação, além de ser um fato político, deve-se ao fato de haver uma quebra no respeito pela autoridade de quem ensina e a falta de interesse pela tradição transmitida aos que aprendem. Uma crítica apontada por Arendt (1957) aborda a questão da responsabilidade como um atributo da autoridade cujo papel é ensinar e faz uma distinção bastante clara quanto a qualificação necessária ao profissional incumbido de transmitir seus conhecimentos. Nela, é apresentada a ideia de que um professor pode ser bastante qualificado, conhecedor da disciplina e mesmo assim não conseguir exercer autoridade. Educação, no direito brasileiro, é todo processo formativo para pleno desenvolvimento da pessoa, conservando valores de democracia, justiça social, liberdade e paz (RANIERI, 2013, p. 75). Verificadas as garantias internacionais e internas de efetivação do direito humano à educação, analisando decisões judiciais que envolvem o tema, pôde-se observar que o projeto de necropolítica é justamente diminuir financiamento (CARA, 2014) para continuar formando uma sociedade que não respeite o direito à educação e, portanto, caminhe para a própria morte como ser apolítico, não exija sua efetividade, sequer discutindo a aplicação das garantias na efetividade da educação com qualidade no cenário global e nacional. A metodologia de pesquisa ocorreu por revisão de forma legislativa, bibliográfica, documental e jurisprudencial, utilizando técnicas de investigação teórica (conceituais e normativas) mescladas a técnicas de investigação empírica (pesquisa-ação). Com a análise dos dados, demonstra-se que, apesar de garantias internas e externas, o Brasil não aplica adequadamente essas garantias para efetivar o direito humano à educação, precarizando a qualidade do serviço de utilidade pública, especialmente quanto ao financiamento cada vez menos providencial, como pôde-se perceber durante a pandemia, sem expectativas de melhora pela proposta de retorno presencial meramente para consolidar índices avaliativos baixos que justifiquem corte de investimento. Propõe-se, para tirar a educação

da crise, que a gestão seja democrática, de acolhimento em decorrência da pandemia, com avaliações individuais para avaliar planos de ação nos próximos anos, jamais para fins de índice quantitativo, fomentando investimento preciso e eficiente para cumprir o direito a uma educação que desenvolva plenamente o ser humano em valores de democracia, liberdade, paz e solidariedade.

Palavras-chave: direito à educação; democracia; pandemia; avaliação da educação; financiamento da educação.

REFERÊNCIAS:

ARENDRT, Hannah. **A crise na Educação**. New York: Partisan Review 25, 4, 1957. p. 493-513.

CARA, Daniel. **O Custo Aluno-Qualidade Inicial como proposta de justiça federativa no PNE: Um primeiro passo rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. *Jornal de Políticas Educacionais*. N. 16. Julho-Dezembro de 2014. p. 75-91.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **O direito educacional no sistema jurídico brasileiro**. In: *Justiça pela qualidade na educação*. São Paulo: Saraiva, 2013.

A AUTONOMIA DA VONTADE GARANTIDA PELA TOMADA DE DECISÃO APOIADA NAS RELAÇÕES DE AFETO

Alexandre Quirino Mansinho¹¹

Fabiana Polican Ciena¹²

Sara Baldaço Domingos¹³

Esta pesquisa versa sobre a interface da teoria geral das obrigações e das obrigações privadas e públicas oriundas das relações de afeto. O presente estudo almeja, como objetivo geral, verificar as obrigações que as relações de afeto impõem aos indivíduos e ao Estado no cenário brasileiro. Para alcance do objetivo geral, impõe-se objetivos específicos, envolvendo um protocolo humanizado de atendimento; os abandonos gerados e sua possibilidade de restauração; o olhar intergeracional; o enfoque feminista; especialmente a garantia da autonomia da vontade pelo instituto da tomada de decisão apoiada. Inova ao pesquisar as obrigações para além da tradicional curatela, considerando um protocolo humanizado de atendimento às questões jurídicas envolvendo afeto. A omissão causa o abandono intelectual, saúde física e emocional, cuja precariedade geraria

¹¹ Graduando do curso de Direito da FAESO. amansinho@bol.com.br

¹² Docente do curso de Direito da FAESO. fabiana.ciena@estacio.br

¹³ Graduando do curso de Direito da FAESO. sara-baldas@hotmai.com

o abandono afetivo. Nesse viés, é importante destacar que a tomada de decisão apoiada impulsiona o exercício da obrigação de parentalidade intergeracional a grupos vulneráveis (idosos, pessoas com deficiência temporária ou permanente, mulheres cuidadoras, comunidade LGBTQIA+). O enfoque do empoderamento feminino está presente, considerando que mulheres, em especial mulheres jovens, sofrem o peso maior do exercício de parentalidade e cuidado, ao cuidar dos filhos e pessoas que dela necessitem, prejudicando sua rotina profissional, estando em estado de vulnerabilidade invisível. O debate atual nas estruturas judiciárias não tem encontrado aparato suficiente para a discussão interdisciplinar que propõe a presente pesquisa, portanto, seu caráter inovador para o âmbito prático-profissional interessa à atuação cotidiana nos espaços de judicialização da questão do exercício de parentalidade como obrigação e direito provindo do afeto. A sociedade ganha com esse debate, acadêmico e da prática jurídica para tomar maior consciência e poder, de forma consciente, participar do debate sobre a liberdade e obrigação advinda do afeto, expressos no livre exercício de parentalidade, como liberdade e como obrigação. Também, esse público pode exigir mais fortemente, a atuação estatal, por políticas públicas que promovam o exercício de parentalidade, o cuidado aos que necessitam. A metodologia de pesquisa ocorreu de forma bibliográfica, documental e jurisprudencial. Demonstra que as relações de afeto, para além das relações parentais biológicas, impõem obrigações aos indivíduos e ao Estado que podem ser mensuradas dentro da teoria geral das obrigações, entrelaçando conceitos da teoria geral das obrigações com outras áreas do direito, possibilitando especificar direitos obrigacionais nas relações de parentalidade na contemporaneidade. A metodologia de pesquisa ocorreu por revisão criativa de forma legislativa, bibliográfica, documental e jurisprudencial, utilizando técnicas de investigação teórica (conceituais e normativas) mescladas a técnicas de investigação empírica (pesquisa-ação). Propõe-se que a autonomia da vontade de grupos vulneráveis foi impulsionada pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e com a positivação do instituto da tomada de decisão apoiada. No Brasil, esse instituto pode ser considerado muito moderno, pois, além de incluir no rol dos possíveis indivíduos a serem beneficiados, isto é, as pessoas com deficiência, a lei abre espaço para que qualquer indivíduo o possa requerer, bastando para isso que a pessoa reconheça, por própria vontade, que é vulnerável em determinada ação da vida civil e que precisa do apoio prescrito. Por isso, é recomendado que quanto mais pessoal o vínculo entre apoiadores e apoiados, melhor será a desenvoltura do apoiador para administrar tanto os bens como as vontades de seu

assistido, além disso, é cabível a propositura da tomada de decisão apoiada (TDA) para possíveis eventos no futuro que dificultem a vida do apoiado.

Palavras-chave: autonomia; capacidade civil; tomada de decisão apoiada; curatela; vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS:

BUTLER, Judith. **Vida Precária: Os poderes do luto e da violência.** [tradução Andreas Lieber; revisão técnica Carla Rodrigues] 1 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

RIBEIRO, Joana. **A Nova Curatela do Estatuto da Pessoa com Deficiência: uma Questão de Dignidade da Pessoa Humana.** In: XIV Congresso Direito UFSC, 2019, Santa Catarina. Anais Eletronicos Disponível em: Anais-da-Mostra-de-Pesquisa-XIV-Congresso.pdf (congressodireitofsc.com.br). Acesso em: 22.05.2021.

SESSAREGO, Carlos Fernández. **El daño al "proyecto de vida" en la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos.** Disponível em: <https://www.pj.gob.pe/wps/wcm/connect/0532498043eb964c941df40365e6754e/El_da%C3%B1o_al_proyecto_de_vida_Carlos_Fern%C3%A1ndez_Sessarego.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=0532498043eb964c941df40365e6754e>. Acesso em: 17 dez. 2018.

TERRA, Aline de Miranda Valverde; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **É possível mitigar a capacidade e a autonomia da pessoa com deficiência para a prática de atos patrimoniais e existenciais?** Civilística. com, v. 8, n. 1, p. 1-25, 2019.

MEDIAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL APLICADA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

Valdineia dos Santos Bianchi¹⁴

José Ricardo Suter¹⁵

O presente trabalho tem como objetivo principal demonstrar a importância social do Instituto de Mediação como um método adequado de resolução de conflitos, especificamente no Direito das Famílias, em virtude das especificidades das relações. A utilização da mediação nos casos de família viabiliza contribuições específicas de tornar-se um instrumento que possa alavancar uma justiça mais acessível e célere que promova a conscientização da cultura de paz. Diante de tais características pergunta-se: Como a aplicação da mediação de conflitos tem contribuído para a resolução mais harmônica no direito de Família? Seus objetivos versam em evidenciar que o instituto da mediação aspira proporcionar aos litigantes uma via significativa para aprenderem a lidar com as situações conflitantes, analisá-las e dialogar, para que a decisão final seja realmente eficaz e satisfatória que possa beneficiar a todos os envolvidos. Demonstrar a aplicação da mediação nas especificidades das lides no direito das famílias cujos conflitos originários compreendem aspecto mais pessoal, emocional e psicológico. As partes precisam

¹⁴ Discente do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: valdineiabianchi@hotmail.com.

¹⁵ Professor e Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: ricardo.suter@estacio.br

espontaneamente manifestar interesse em compor o conflito e durante as sessões de mediação ou conciliação, devem sentir-se confiantes e seguras para abrirem mão de parte de seus direitos para chegar a um consenso (DEMARCHI, 2007). Este trabalho tem como embasamento a pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, abrangendo a área do Direito, através da leitura de livros, artigos e periódicos. É preciso demonstrar que a mediação é adequada pois na seara do Direito das Famílias o ambiente é propício a discussões necessitando de restauração e preservação da relação entre as partes. Este instituto vem somar ao sistema jurídico como um meio adequado nas resoluções de litígios e causas nos quais se tende uma relação mais sensível em demandas mais extensas e complexas. Constitui-se em foro privilegiado sigiloso para promoção de conforto entre as pessoas a fim de que elas falem abertamente o que está se passando com elas e ao mesmo tempo não permitam que fatores externos interfiram no processo (BRAGA NETO, 2010). Entende-se que a mediação busca promover uma situação de decisões satisfatórias, na qual todos ganham, promovendo o diálogo entre as partes e fazendo com que resolvam o seu conflito efetivamente. Nesse sentido, é utilizada preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, sem proposição de soluções por parte do mediador, mas sim a promoção e o desenvolvimento dessa abertura de conversação e comunicação dinâmica. Uma vez que mais do que aquele conflito aparente, do que aquela causa de pedir nos litígios encontram-se inúmeros sentimentos ocultos, que precisam ser revelados e tratados nesta relação familiar considerando sua complexidade e especificidade. Pertinentes às características dessa natureza, a mediação é subsidiada por uma equipe multiprofissional habilitada e atuam fundamentados nos princípios que visam por meio da transparência, imparcialidade, embasada no diálogo, empatia e compaixão, ressignificando conflitos e contribuindo para a reestruturação das famílias. Assim, ao final espera-se demonstrar que a mediação é um excelente mecanismo de solução de conflitos nos processos que envolvem o direito das famílias.

Palavras-chave: Mediação, Direito, das Famílias, Conflitos.

REFERÊNCIAS:

DEMARCHI, Juliana. **Técnicas de conciliação e mediação**. GRINOVER, Ada Pellegrini; LAGRASTA NETO, Caetano; WATANABE, Kazuo (coords.). Mediação e

gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional. 2. tir. São Paulo: Atlas, 2007.

BRAGA NETO, Adolfo. **Mediação de Conflitos: Princípios e Norteadores**. Revista da Faculdade de Direito UniRitter, Porto Alegre, n. 11, p. 29-46, 2010.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIAR E A TECNOLOGIA

Willi Lucas Paiva dos Santos ¹⁶

José Ricardo Suter ¹⁷

No contexto das relações humanas, possuem diversas características, dentre elas, os conflitos e as interações do indivíduo na sociedade, dito isso, no âmbito da família não é distinto, tendo em vista, as inúmeras demandas que demasiadamente obstruem a intervenção eficaz do poder judiciário, posto isto é evidente que o acúmulo de litígios, interfere diretamente a resolução apropriada ao pleito almejado, causando assim, a cada dia, insatisfação e transtornos as medidas judiciais, por consequência indiretamente violando aos princípios constitucionais garantidores ao acesso à justiça. A família é a base da sociedade e nela estão elencadas toda e quaisquer pessoas, fortalecidos de sentimentos, partindo disso, tornam-se processo tamanho desafiador as partes dialogarem entre si, necessário a intervenção de terceiros. Assim, o acesso à justiça precisa ser aperfeiçoado, proporcionando aos cidadãos, maior segurança nas demandas que necessitam chegar a uma solução. A utilização dos meios consensuais de resolução de conflitos como a mediação, se torna meio eficaz de efetivar o acesso à justiça e a paz social (SUTER; CACHAPUZ, 2016). O jurista, ao lidar com conflitos nas relações humanas, principalmente, na seara familiar, necessita de cuidado, ética e principalmente sensibilidade, pois, as partes envolvidas podem ser dotadas de laços fortes, portanto,

¹⁶ Discente do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá Ourinhos. E-mail willi.paiva@outlook.com

¹⁷ Professor e Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: ricardo.suter@estacio.br

indispensável implementação de ambientes adequados, para que na pessoa do litigante, possibilite expor suas ideias para que de alguma forma, contribua com experiências menos traumáticas as partes. Com a isso a mediação de conflitos está cada dia, tornando-se o método de maior eficácia a resolução dos litígios, ao passo que possibilita trâmites mais céleres que o poder judiciário. Desta maneira, através do saber, o ser humano pode evoluir e, dito isso, é fato que o poder judiciário deve acompanhar as mudanças dos costumes, desses novos conhecimentos. Diante disso, sabe-se que a tecnologia fora utilizada de diversas maneiras, tais como combater a desigualdade social, garantir a liberdade de expressão, saúde, informatização jurídica de processos. É possível que o uso da tecnologia no meio social, facilite a relações entre a sociedade e judiciário, pois, diante da atual sobrecarga de demandas e inúmeras funcionalidades trazidas pela tecnologia, devem ser utilizadas como suporte e deliberadamente implementadas em possíveis centros de mediação de conflitos tecnológicos, com intuito de garantir eficácia nas resoluções da lide, mesmo que em comunidades carentes, tenham a possibilidade de utilizar-se da internet e o conflitante esteja expor seu ponto de vista em relação ao problema, de forma eficaz alcance o resultado esperado (KOPS, 2015). O presente estudo, que tem como objetivo demonstrar a importância da tecnologia e sua implementação em centros de mediação para a promoção da paz social, adota a metodologia investigativa, por meio da hipótese de resultados, fundamentando-se na revisão bibliográfica e literária, o estudo dirigido a legislação brasileira, tais como a Constituição Federal, Código de Processo Civil, leis especiais, sendo as Lei n. 13.140/2015, que instituiu a Mediação de Conflitos e a Lei n. 12.965/2014 (Lei do uso da internet no Brasil). Assim, por meio dessas concepções, objetiva-se a redução significativa dos conflitos inerentes a família, ao passo que seja obtido máximo proveito do poder judiciário, garantindo ao conflitante o maior grau de êxito ao resultado útil do processo. Dessa forma, ao final da presente pesquisa, almeja-se evidenciar que a implementação da tecnologia nos centros de mediação pode auxiliar na busca pela pacificação social, além de promover o menor grau de sequelas no âmbito familiar, oportunizando comunidades carentes o devido acesso à justiça na resolução de seus conflitos.

Palavras-chave: Mediação de conflitos; família; tecnologia; acesso à justiça; centros de mediação;

REFERÊNCIAS:

KOPS, Rodrigo Nunes. **As Novas Tecnologias E A Internet Em Prol Da Mediação Comunitária**. Revista do Seminário internacional – Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade contemporânea, Santa Cruz do Sul, 2015.

SUTER, José Ricardo; CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **Mediação E Conciliação Como Meios De Resolução De Conflitos E Acesso À Justiça** - Florianópolis: CONPEDI, 2016, p. 58-75.

VULNERABILIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

Marcos Paulo dos Santos ¹⁸

José Ricardo Suter ¹⁹

Buscou-se demonstrar que a vulnerabilidade afeta vastamente o acesso à justiça, em análise frente ao direito das famílias (e suas demandas sociais), demonstrando-se que, mesmo com necessários e ilibáveis institutos constituídos ao povo, como a mediação e a conciliação de conflitos, há vulnerabilidade social, o que acarreta a injustiça sofrida pelo povo do Brasil. Os objetivos do escrito são a ponderação de quais seres de direito fazem parte das classes, e quais pertencem ao povo no Brasil, vulnerável por natureza impositiva. Elucidar como a vulnerabilidade social afeta o acesso à justiça, e demonstrar o direito das famílias, a mediação e a conciliação de conflitos, em avanço, numa sociedade desigual. Uma vez constituído ser humano, em cotidianos diversos, e inúmeras situações dentre uma sociedade de direito, convive-se. Quando partes de um mesmo Estado, além das relações familiares, interligam-se cidadãos pelo sentimento nacional. No presente ano de dois mil e vinte um, milhões convivem na chamada República Federativa do Brasil, e, desde que povo “[...] conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas de desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive” (SODRÉ, 1962, p. 10), percebem ampla vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais. Esta é consequência eminente, que fraciona o acesso à justiça na sociedade brasileira. Com baixíssimas oportunidades, de vida e cidadania, o autêntico povo sequer obtém patrimônio para constituir um defensor de confiança à suas demandas mínimas, de família (adoção, guarda, casamento etc.), acessadas reiteradamente pela vulnerabilidade exposta. Deste modo, os conflitos, nas bases da sociedade – artigo 226, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil

¹⁸ Graduando do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: marcpauloo@outlook.com

¹⁹ Professor e Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: ricardo.suter@estacio.br

(as famílias que evoluíram formadas por núcleos mais abertos, justos e recíprocos) que sempre romperam a inércia do judiciário, através do direito das famílias, esperança aos conflitos, ou ao menos uma resposta, em contextos de vulnerabilidade social. No panorama jurisdicional, surgem, no Brasil, à mediação e a conciliação. Muito próximos e auto complementares, adentraram o Código de Processo Civil de 2015, que instituiu em seu artigo 334 a audiência de mediação e conciliação nas ações cíveis – por corolário de família, do consumidor. Uma forma aberta, de mediar e conciliar conflitos, das partes, eficaz e oral, pois, pelo diálogo, os seres tutelados acordam o que toca à matéria da ação, em qualquer momento do processo, sendo a mediação e a conciliação indispensáveis nos dias de hoje, por instituírem em nossa sociedade uma justiça do povo, ao povo, e pelo povo. O Estado brasileiro é gerido por classes sociais dominantes, que não pertencem aos ideários de povo, e que com suas ações formam os contextos de vulnerabilidade social. O povo busca defender-se, de forma pessoal, familiar, mas, tanto em suas demandas de família, quanto nos outros âmbitos sociais, estão em vulnerabilidade, em sentida falta de acesso ao justo. Acessar a justiça, desde que se pertença ao povo, é uma incógnita no Brasil. Enquanto perdurarem imposições unilaterais nas frentes de Estado, e a vulnerabilidade estiver instaurada, dificilmente a sociedade acompanhará os avanços dispostos no direito das famílias, juridicamente abertas e reconhecidamente afetivas. Por fim, este estudo está ancorado no método dedutivo demonstrando também que não há equiparação à consensualidade e abertura da mediação e conciliação, necessárias, que são incapazes, por si só, de afastar a vulnerabilidade social no Brasil.

Palavras-chave: famílias; justiça; mediação; povo; vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. LEI 13.105 de 16 de março de 2015. **Código de processo civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 06 out. 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o Povo no Brasil?** Cadernos do Povo Brasileiro. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª ed. p. 10 – 53. Julho. 1962.

DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE OURINHOS/SP E O SEU ESCRITÓRIO-MODELO

Angelica da Silva²⁰

Maria Carolina Silva Garbo ²¹

Tiago Domingues Brito²²

José Ricardo Suter²³

O Núcleo de Práticas Jurídicas atende diversas pessoas em situação de vulnerabilidade econômica na cidade de Ourinhos. Dessa maneira, escolheu-se fazer o relato de um desses casos, ou seja, uma pessoa do sexo masculino com mais de 60 anos: i) Na data de 26 de agosto de 2021, foi proposta ação junto ao Juizado Especial Cível, Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Ourinhos. O autor expunha os seguintes fatos e fundamentos: Ele apresenta osteomielite crônica de terço médio de tíbia esquerda com dificuldade de cicatrização e circulação na parte afetada, tendo sido submetido à procedimentos cirúrgicos, no dia 20/01/2021, para fistulectomia, mais limpeza e desbridamento da ferida operatória. Conforme prescrito pelo médico e diante da escala de gravidade USP para tratamento com oxigenioterapia, foi prescrito 20 (vinte) sessões de utilização de câmara hiperbárica, porém como o custo de cada sessão é de R\$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), não tem condições de arcar com o custo do tratamento que é de R\$ 11.172,00 (onze mil, cento e setenta e dois reais), já que comprometeria a sua subsistência. ii) No dia 17 de setembro de 2021, a Prefeitura Municipal de Ourinhos apresentou a seguinte contestação: Diz o Município não poderia figurar no polo passivo da mencionada ação, tendo em vista não ser ele o responsável pelo tratamento por oxigenação hiperbárica, uma vez que este não é contemplado pela Tabela Única de Procedimentos do SUS, sendo, na cidade de Ourinhos/SP, realizado apenas por uma

²⁰ Discente do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. angelica.dasilva@estacio.br

²¹ Advogada-orientadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. maria.garbo@estacio.br

²² Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. brito.tiago@estacio.br

²³ Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. ricardo.suter@estacio.br

clínica particular. iii) No dia 01 de outubro de 2021, o Núcleo de Práticas Jurídicas fez a seguinte manifestação sobre a contestação: Preceitua o artigo 23, II, da Constituição Federal, que é dever dos entes estatais a concessão adequada ao tratamento de saúde, bem como responsabilidade solidária, entre a União, Estados e Municípios. Diante do exposto, evidencia-se que constitucionalmente cabe ao Estado a prestação da assistência jurídica integral e gratuita ao necessitado. A Defensoria Pública, em todas as esferas de atuação, representa um instrumento importante desse direito subjetivo, constitucionalmente assegurado. Porém, a mera existência fática de uma Instituição dotada de atribuições para promover o acesso à justiça àqueles economicamente desfavorecidos não é suficiente para garantir a fruição de bens e direitos indispensáveis à vida humana e, conseqüentemente, fomentar a paz e equilíbrio social.

Palavras-chave: Acesso à Justiça; Assistência Jurídica Gratuita; Núcleo de Prática Jurídica.

REFERÊNCIAS:

BATALHA, Glaucia Fernanda Oliveira Martins. **ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA E A REALIDADE LUDOVICENSE: OS ESCRITÓRIOS- ESCOLA DAS FACULDADES DE DIREITO COMO INSTRUMENTO EFETIVADOR DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA EM SÃO LUÍS.** Coordenadores: Luciana Costa Poli; Sérgio Henriques Zandona Freitas; Joana Stelzer – Florianópolis: CONPEDI, 2017.

Mezzaroba, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no direito / Orides Mezzaroba, Cláudia Servilha Monteiro.** – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2014.

RELAÇÃO ENTRE APTIDÃO FÍSICA E TEMPO DE TELA ENTRE ESCOLARES

Kelly Cristina Marçulo Scudeler Leite²⁴

Mara Laiz Damasceno Antunes²⁵

Com o avançar dos anos, tem se observado modificações no estilo de vida de todas as faixas etárias em função do processo de urbanização que contribuiu para o aumento do sedentarismo, principalmente na infância, uma vez que, as brincadeiras de rua já não são tão habituais. As crianças, principalmente aquelas que possuem estes equipamentos eletrônicos no quarto, tem uma propensão ao sedentarismo e obesidade, que afeta negativamente a prática regular de atividade física (FERRARI et al., 2019). A EF Escolar é fundamental na vida e formação social das crianças, pois o papel do professor deve ultrapassar as quadras, preocupando-se também em orientar quanto aos hábitos que os alunos adotam fora delas (NEIRA, 2016) bem como, bons índices de resistência cardiorrespiratória, composição corporal, flexibilidade, força/resistência abdominal, velocidade, coordenação, força explosiva e agilidade que representam a aptidão física relacionada à saúde e desempenho esportivo (GUEDES et al., 2002). Em função disto, é crucial que professores de EF estejam preparados para lidar com esses novos obstáculos e consigam incentivar a prática e participação nas atividades e brincadeiras. O objetivo deste trabalho foi verificar a relação entre tempo de tela e os componentes da aptidão física de alunos entre 8 e 11 anos. De caráter descritivo-correlacional, este estudo avaliou 149 crianças, 95 meninos (63,8%) e 54 meninas (36,2%) com idade média de 9,3 anos (dp= 0,8) pertencentes a uma escola estadual do município de Ourinhos-SP. Foi aplicada a bateria de teste do Proesp-BR (GAYA; GAYA, 2016) e um questionário sobre o tempo de tela em eletrônicos (celular, computador, TV e videogame). A realização da pesquisa foi autorizada pelo responsável da instituição e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (nº 3.233.315) CAAE: 07741818.8.0000.5502. Todos os envolvidos que concordaram em participar voluntariamente do estudo entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais/ responsáveis antes da coleta, que ocorreu no 2º semestre de 2019. Os resultados apontaram que meninos eram

²⁴ Aluna de Iniciação Científica – Curso Educação Física Bacharelado – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. E-mail: kelly.cm@outlook.com.br

²⁵ Orientadora – Docente do Curso Educação Física – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. E-mail: mara.damasceno@estacio.br

mais aptos fisicamente nos componentes relacionados ao desempenho esportivo, porém, grande parte de meninos e meninas apresentaram desempenho fraco para velocidade, resistência aeróbica e agilidade. O celular é o aparelho em que permanecem mais tempo, visto que, meninas se dedicam em média 5 horas ao celular em dias de fim de semana, sendo constatada correlação entre maior tempo neste eletrônico e IMC elevado e menor capacidade cardiorrespiratória. Entre os meninos, desempenho inferior no teste de agilidade esteve correlacionado a maior tempo no computador, enquanto maior tempo no videogame, apresentou-se relacionado a menor resistência muscular localizada. Tais resultados alertam para a necessidade de um olhar mais atento às atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes, a fim de que reflexões possam ser estabelecidas por todos aqueles que fazem parte deste cenário. Além disso, fica evidente a necessidade de acompanhamento e desenvolvimento de intervenções adequadas capazes de conscientizar principalmente as crianças, sobre a importância do uso adequado das tecnologias para que tais comportamentos não venham comprometer a adoção de hábitos saudáveis.

Palavras-chave: tempo de tela; aptidão física; escolares.

REFERÊNCIAS:

FERRARI, G. L.; PIRES, C.; SOLÉ, D.; MATSUDO, V.; KATZMARZYK, P. T.; FISBERG, M. Factors associated with objectively measured total sedentary time and screen time in children aged 9-11 years. **Jornal de Pediatria** (Rio de Janeiro). v. 95, n. 1, p. 94-105, 2019.

GAYA, A.; GAYA, A. R. **Projeto Esporte Brasil: manual de testes e avaliações**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P.; BARBOSA, D. S.; OLIVEIRA, J. A. D. Atividade física habitual e aptidão física relacionada à saúde em adolescentes. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 10, n. 1, p. 13–22, 2002.

NEIRA, M. G. O currículo de Ed. Fis. e o posicionamento dos sujeitos. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 11, n. 22, p. 367-384, 2016.

TEMPO DE TELA E RELAÇÃO COM A PERCEPÇÃO DE COMPETÊNCIA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Christopher Ricardo Pedro da Silva²⁶

Lidyane de Moraes Machado²⁷

Raquel Antonio dos Santos²⁸

Mara Laiz Damasceno Antunes²⁹

Os riscos do uso de tecnologias por crianças e adolescentes são amplamente investigados na literatura. Na maioria das vezes, a exposição excessiva às telas oportuna o comportamento sedentário, sério fator de risco para a saúde, além dos efeitos negativos sobre a qualidade do sono e problemas de atenção, geralmente associados ao grande número de crianças com TV ou algum tipo de tela no quarto (DOMINGUES-MONTANARI, 2017; ZIMMERMANN; CHRISTAKIS, 2007). A falta de atividade física e o comportamento sedentário estão ligados a problemas psicossociais que influenciam diretamente o desenvolvimento físico e mental (LIU et al., 2015). Dentre os fatores psicológicos de desenvolvimento está a percepção de competência, considerada um julgamento sobre as próprias capacidades de executar tarefas e alcançar objetivos pré-determinados (HARTER 1978). É em virtude disto, que se deve prezar para que a criança experimente sucesso nas tentativas, para que se perceba mais competente e motivada fortalecendo o desenvolvimento da autonomia, autoconfiança e autoestima (VIEIRA et al., 1997). Logo, este estudo analisou a correlação do tempo de tela com a percepção de competência de crianças. Foram avaliadas 145 crianças de 8 a 11 anos, de ambos os sexos matriculados numa Escola Estadual de Ourinhos-SP. Foi utilizado o *Self-Perception Profile for Children* validado no Brasil (VALENTINI, et al. 2010) e questões para verificar o tempo que se dedicavam aos eletrônicos (videogame, computador, TV, celular) em dias de semana (DDS) e de fim de semana (FDS). A realização da pesquisa foi autorizada pela instituição escolar e pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (nº 3.233.315) CAAE: 07741818.8.0000.5502. Os envolvidos que concordaram em participar voluntariamente do estudo entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais/ responsáveis antes da coleta, que

²⁶ Graduando em Educação Física Licenciatura – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. Email: christopherricardo777@gmail.com

²⁷ Graduanda em Educação Física Licenciatura pela Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. Email: lidiane.morais@gmail.com

²⁸ Graduanda em Educação Física Licenciatura – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. E-mail: ra_santos282@hotmail.com

²⁹ Orientadora – Docente do Curso Educação Física – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. E-mail: mara.damasceno@estacio.br

ocorreu no 2º semestre de 2019. Os resultados apontam TT em celular (345 min) e TV (304 min) significativamente superior entre as meninas nos FDS. O TT no celular apresentou correlação com os alguns componentes da PC, entre os meninos, correlação fraca com conduta comportamental ($r= 0,29$) e entre as meninas, com a competência escolar ($r= 0,32$), e correlações negativas apontando que maior TT no celular e menor autopercepção da aparência física ($r= -0,34$) e autoconceito ($r= -0,27$). Concluímos que as correlações entre o tempo de tela e os domínios da percepção de competência são de moderadas a fracas, no entanto, permitem alertar que pais e educadores sejam moderadores ativos no que diz ao equilíbrio entre o uso adequado dos aparelhos tecnológicos e o incentivo a prática de atividades físicas.

Palavras-chave: crianças; tempo de tela; percepção de competência.

REFERÊNCIAS:

DOMINGUES-MONTANARI, S. Clinical and psychological effects of excessive screen time on children. **Journal of Pediatrics and Child Health**, n.53, p.333–338, 2017.

HARTER, S. Effectance motivation reconsidered: toward a developmental model. *Human Development*, **Berkeley**, n.1, p. 34-64, 1978.

LIU, L. et al. Global, regional, and national causes of child mortality in 2000–13, with projection stoin form post-2015 priorities: anupdated systematic analysis. **The Lancet, New York**, v. 385, p.430–440, 2015.

VALENTINI, N. C.; VILLWOCK, G.; VIEIRA, L. F.; VIEIRA, J. L. L.; BARBOSA, M. L. L. Validação Brasileira da Escala de Autopercepção de Harter para Crianças. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 3, p. 411-419, 2010.

VIEIRA, L.; VIEIRA, J. L.; KREBS, R. J. Análise da percepção de competência no contexto escolar. **Kinesis**, Santa Maria, v. 15, n. 1, p. 55-66, 1997.

ZIMMERMAN, F. J.; CHRISTAKIS, D. A. Associations between contente types of early media exposure and subsequent attentional problems. **Pediatrics**, v.120, n.5, p. 986-992, 2007.

IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM MUNICÍPIOS PAULISTAS, MINEIROS E PARANAENSES

A pandemia de Covid-19 juntamente com a crise sanitária atingiu diretamente o sistema educacional mundial com o fechamento das escolas, sendo que no Brasil aproximadamente mais de 44 milhões de estudantes da Educação Básica no Brasil ficaram sem ir a escolas (UNESCO, 2020). Deste modo, novas estratégias tiveram que ser elaboradas para suprir e minimizar as consequências da suspensão das aulas presenciais e dar continuidade de forma remota do ensino utilizando as tecnologias digitais de comunicação e informação. No caso da disciplina de Educação Física, em que a maioria das aulas acontece em ambientes diferentes, não somente nas salas de aulas, mas nas instalações esportivas, em que o movimento é o seu objeto de estudo, marcadas pelo contato corporal, o saber fazer, vivências e experimentações corporais, levaram seus professores a enfrentarem um novo e difícil desafio, ensinar a cultura corporal de movimento através dos recursos tecnológicos (ANVERSA et. al., 2017; LAZZAROTTI FILHO et. al., 2015). Nesse sentido, nos interessamos em investigar o trabalho dos professores de Educação Física através dessa transição do ensino presencial para o ensino remoto, que além de não ser uma situação confortável requer novos conhecimentos e aprendizagens por parte dos docentes. Baseando nessas considerações iniciais nosso estudo tem como objetivo analisar os impactos do ensino remoto nas práticas pedagógicas e nos aspectos sociais de professores de Educação Física das redes: públicas municipais, estaduais e particulares de ensino da Educação Básica de municípios do interior de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Optamos pelo método quanti-qualitativo de cunho descritivo e exploratório, no qual utilizaremos como instrumento de coleta dos dados um questionário com perguntas abertas e fechadas via *Google* formulários, delineados em 03 eixos: perfil profissional, ensino remoto/prática docente e condições de saúde. A estatística descritiva e análise do discurso serão utilizadas para a análise dos dados, apresentação dos resultados e a discussão. Considerando esse contexto de rápida transformação e de alta incerteza na educação, os resultados esperados suscitam identificar tais impactos relacionados a lidar com sentimentos de angústia, medo, ansiedade, desafios e superação em relação a nova forma de ensino, adaptação para aulas

³⁰ Graduanda em Licenciatura – Educação Física Ourinhos – SP (FAESO). E-mail: anialbuk@gmail.com.

³¹ Professor Doutor, Docente do Curso de Licenciatura em Educação Física – Ourinhos – SP (FAESO). E-mail: marco.nobrega@estacio.br.

remotas e o domínio das ferramentas tecnológicas, a falta de interatividade por parte dos alunos, dificuldades metodológicas para o ensino remoto, dificuldades de avaliar e dar retorno aos alunos e a compreensão de algumas famílias. Nessa perspectiva nossas considerações parciais nos motivam a buscar informações relevantes nesse processo totalmente inesperado, inusitado e repentino que possam fortalecer e trazer contribuições individuais e coletivas além de novos olhares e aprendizados por meio desse cenário no contexto de distanciamento social, com o ensino remoto nas aulas de Educação Física escolar no ensino da Educação Básica.

Palavras-chave: educação física escolar; ensino remoto; covid-19; educação básica.

REFERÊNCIAS:

ANVERSA, Ana Luiza B. et al. A prática reflexiva na formação de professores de educação física na modalidade EaD. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 25, n. 2, p. 122-136, 2017.

LAZZAROTTI FILHO, Ari et al. (2015). A dinâmica, os principais problemas e as qualidades no desenvolvimento de um curso de licenciatura em educação física na modalidade à distância. **Pensar a Prática**, v. 18, n. 3, p. 636-50, 2015.

UNESCO. **Impacto da COVID-19 na educação**. 2020. Disponível em: <http://pt.unesco.org/covid19/educationreponse>; Acesso em: agosto de 2021.

RELAÇÃO DO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E TEMPO DE TELA ENTRE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maiara Rodrigues Conceição³²

³²Aluna de Iniciação Científica – Curso Educação Física Licenciatura – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. E-mail: maiararodrigues1999@gmail.com

Crianças e adolescentes têm se envolvido menos em atividades físicas (AF) e brincadeiras, visto isso buscamos entender nesse trabalho como ocorre essa mudança nos hábitos das crianças, como surge essa relação com os aparelhos, este trabalho tem como objetivo buscar respostas para essa mudança, em como as crianças estão se envolvendo mais com os aparelhos do que com atividades físicas, como elas estão fisicamente. Os aparelhos digitais têm ganhado a atenção deste público, por apresentar conteúdos atrativos e ser de fácil manuseio, mantendo-os engajados muitas vezes à conteúdos inapropriados, sem intervenção dos pais ou responsáveis (PICHINI, 2019). Nesta fase, os índices de sobrepeso e sedentarismo apresentam-se crescentes e se não cuidados podem acarretar problemas para a saúde física e socioemocional (MATSUDO et al., 2016). Tal problemática vem sendo apontada como relevante, e é em meio à prática de AF, que o professor se depara com vários obstáculos, principalmente com as meninas, que não se envolvem com facilidade e apresentam baixo nível de AF (OLIVEIRA et al., 2019). Com isso, o professor de EF e a escola, devem além de conhecer, saber utilizar as novas tecnologias e entender o verdadeiro impacto causado sobre os alunos, tanto dentro como fora do ambiente escolar para criar intervenções capazes de melhorar este cenário (PEREIRA, 2017). Por isso, este estudo analisou a relação entre nível de AF e tempo de tela (TT) entre crianças. Participaram 139 crianças, 89 meninos (64%) e 50 meninas (36%) com idades entre 8 e 11 anos ($m= 9,3$; $dp= 0,8$ anos) matriculados no ensino fundamental de uma Escola Estadual de Ourinhos-SP. Foi utilizado o Dia Típico de Atividade Física (BARROS et al., 2007) e questões adicionais sobre TT em TV, videogame, computador e celular gasto em cada dia da semana e de final de semana (FDS). A realização da pesquisa foi autorizada pela instituição escolar e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (nº 3.233.315) CAAE: 07741818.8.0000.5502. Todos os envolvidos que concordaram em participar voluntariamente do estudo entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais/ responsáveis antes da coleta, que ocorreu no 2º semestre de 2019. Os resultados apontaram que meninos são mais ativos do que meninas, e que estas apresentaram maior TT (TV e celular), com tempo médio acima de 5 horas em dias de FDS. O TT dos meninos não mostrou tamanha preocupação, já que maior TT no celular

³³Orientadora – Docente do Curso Educação Física – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. E-mail: mara.damasceno@estacio.br

esteve relacionado de forma fraca com maior nível de AF ($r= 0,26$), o que implica enfatizar que por questões culturais meninos tendem a ser mais ativos que meninas, independente do uso de eletrônicos. Para as meninas não foram constatadas correlações entre TT e nível de AF, porém, tempo superior no celular demonstrou correlação moderada com maior IMC ($r= 0,42$). Estes resultados apontam a necessidade de um olhar mais atento para com as crianças, principalmente diante do período pandêmico. A responsabilidade de orientar o uso controlado e a adoção de hábitos apropriados que respeitem um equilíbrio entre atividades em telas e o envolvimento em AF, dependerá do sucesso do trabalho em conjunto a ser desempenhado pela escola e família, visto que, efeitos adversos de tais comportamentos pode impactar seriamente o desenvolvimento saudável desta geração.

Palavras-chave: crianças; atividade física; aparelhos tecnológicos.

REFERÊNCIAS:

BARROS, M. V. G. et al. Validity of physical activity and food consumption questionnaire for children aged seven to ten years old. **Rev Bras Saude Matern Infant**, v. 7, n. 4, p. 437-48, 2007.

MATSUDO, V. K. R. et al. Indicadores de nível socioeconômico, atividade física e sobrepeso/obesidade em crianças brasileiras. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 34, n. 2, p. 162-170, 2016.

OLIVEIRA, R. B. et al. Avaliação e comparação do nível de atividade física entre escolares de 11 a 14 anos de idade. **Ciência em Movimento**, v. 21, n. 42, p. 81-91, 2019.

PEREIRA, F. M. Impactos da utilização das tecnologias no processo de aprendizagem das crianças. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 11, n. 38, p. 520-529, 2017.

PICHINI, G. S. **Nível de atividade física e tempo de tela de adolescentes da rede pública de ensino**. 2019. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

RELAÇÃO ENTRE MAIOR TEMPO DE TELA E MENOR COORDENAÇÃO MOTORA ENTRE ESCOLARES

Mariane Domingos de Campos³⁴

Lucimara da Palma Côrrea³⁵

³⁴ Aluna de Iniciação Científica – Curso Educação Física Licenciatura – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. E-mail: marianedomingos2016@gmail.com

³⁵ Profa. Mestre do Curso Educação Física – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. E-mail: correa.lucimara@estacio.br

A coordenação motora (CM) é o resultado da atividade que envolve os sistemas neuromuscular e sensorial cujo objetivo é desempenhar habilidades de movimentos de forma harmônica e organizada em diferentes situações que exigem adequações de intensidade, amplitude, velocidade e direção (KIPHARD; SCHILLING *apud* LOPES et al., 2003). No entanto, crianças tem passado mais tempo frente às telas (NOBRE et al., 2021; AAP, 2021) contribuindo para comportamentos não saudáveis e tempos elevados em atividades sedentárias (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2019). Neste sentido, o desenvolvimento motor pode ser prejudicado quando a criança não recebe estímulos adequados, sendo o avanço tecnológico um fator de desinteresse das crianças em se engajarem em atividades de intensidades moderadas e vigorosas, comprometendo tanto o processo escolar quanto o motor (BLOMQVIST et al., 2019). Assim, é fundamental que sejam dadas oportunidades às crianças para desenvolver a CM, tanto durante as aulas de Educação Física quanto nos momentos extraescolares (HENRIQUE et al., 2017). Logo, este estudo buscou verificar a relação entre o desempenho nos testes do KTK e o tempo de tela (TT) de escolares. Participaram deste estudo 122 escolares (69 meninos e 53 meninas) entre 8 e 11 anos (idade média= 9,4 anos; dp=0,8) de uma escola estadual de Ourinhos-SP. O TT em eletrônicos foi avaliado por questionário e para avaliação da CM foi aplicado o teste de Coordenação Corporal para Crianças (KTK) (GORLA; ARAÚJO; RODRIGUES, 2014). A realização da pesquisa foi autorizada pela instituição e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (nº 3.233.315) CAAE: 07741818.8.0000.5502. Todos os envolvidos que concordaram em participar voluntariamente do estudo, entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais/ responsáveis antes da coleta, que ocorreu no 2º semestre de 2019. Os resultados apontaram TT médio de 162 min/ dia durante a semana (DDS) e 200 min/ dia de fim de semana (FDS), com destaque para o celular (253 min/ DDS; 303 min/dia de FDS) e a TV (214 min/ DDS; 267 min/ dia de FDS). 40% dos meninos tiveram CM classificada como normal e cerca de 80% das meninas perturbação na CM ou CM insuficiente. Entre as meninas constatou-se correlação negativa e fraca entre maior tempo no celular e menor quociente motor (QM) para transferência de plataformas ($r = -0,29$). Já entre os meninos, maior TT no videogame em DDS esteve correlacionado a menores

³⁶ Orientadora – Profa. Mestre do Curso Educação Física – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. E-mail: mara.damasceno@estacio.br

desempenhos na trave de equilíbrio ($r = -0,25$), salto monopodal ($r = -0,30$) e QM geral ($r = -0,27$). Conclui-se que independente do sexo, a TV e o celular são os eletrônicos em que as crianças passam cerca de 4 h em dias de FDS, excedendo o indicado pela literatura. Tais resultados atentam para os aspectos negativos do TT elevado diante de sua relação com menor desempenho nos testes de CM. Não podemos negar o auxílio e a aprendizagem que a tecnologia traz, entretanto, estimular o envolvimento em práticas motoras no ambiente escolar e familiar é crucial para a saúde e formação integral das crianças.

Palavras-chave: crianças; coordenação motora; aparelhos tecnológicos.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. Children, Adolescents, and the Media. **Pediatrics**, v. 132, n. 5, November, 2013.

BLOMQUIST, M. et al. Objectively assessed vigorous physical activity and motor coordination are associated in 11-year old children, **Scand J Med Sci Sports**, v. 29, n. 10, p. 1629-1635, 2019.

GORLA, J. I.; ARAUJO, P. F.; RODRIGUES, J. L. **Avaliação Motora em Educação Física Adaptada: Teste KTK**. São Paulo: Phorte, 2014.

HENRIQUE, R. S. et al. Tracking of gross motor coordination in Portuguese children, **Journal of Sports Sciences**, v. 36, n. 2, p. 1-10, 2017.

LOPES, V. P. et al. Estudo do nível de desenvolvimento da coordenação motora da população escolar (6ª 10 anos de idade) da Região Autónoma dos Açores*. **Rev Port de Ciênc do Desp**, v. 3, n. 1, p. 47-60, 2003.

NOBRE, J. N. P. et al. Determining factors in children's screen time in early childhood. **Science And Collective Health**, v. 26, p. 1127-1136, 2021.

OLIVEIRA, P. M. D.; MAGALHÃES, C. M. J. Avaliação da coordenação motora de escolares: um estudo comparativo em escolas de Teresina-PI. **Biomotriz**, v. 13, n. 1, p. 119-127, 2019.

ACESSIBILIDADE DAS ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO: UM ESTADO NA MICRORREGIÃO DE OURINHOS-SP

Maxsuel Linhares Sena Pereira³⁷

Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega dos Santos³⁸

O cenário perante a sociedade das pessoas com deficiência (PCDs) no que se refere à inclusão e acessibilidade arquitetônica tem mudado consideravelmente em diversos

³⁷ Graduando em Bacharelado – Educação Física Ourinhos – SP (FAESO). E-mail: maxsuellinhares@yahoo.com

³⁸ Professor Doutor, Docente do Curso de Bacharelado em Educação Física – Ourinhos – SP (FAESO). E-mail: marco.nobrega@estacio.br.

aspectos, como no trabalho, lazer, locomoção, entre outros (CALADO; ELALI, 2008). Destes podemos elencar barreiras que dificultam e inibe esse público, tais como calçadas, acessos, entradas, espaços que favorecem para um contexto de desigualdade e exclusão, querem sejam eles públicos ou privados. Entre esses, estão os espaços que promovem a prática de atividades físicas, como a musculação, a natação, entre outros (CÂNDIDO; SANTOS; MÁRIO, 2007). Considerando que apesar de alguns avanços positivos em relação ao processo de inclusão nos últimos anos, com legislações e outras ações, é comum encontrar espaços que ainda dificultam e impossibilitam o acesso às pessoas com deficiência. Assim, analisar as condições de acessibilidade em ambientes e diferentes meios sociais é de extrema importância no sentido de contribuir para a inclusão de todos. Desse modo, entendemos que estudar a acessibilidade nas academias de musculação contribuirá de maneira significativa para esse processo de inclusão. Nesse sentido, temos como objetivo avaliar a acessibilidade das academias pertencentes a microrregião de Ourinhos-SP, estudo esse, de caráter descritivo e exploratório, em que serão analisadas a adequação das academias de acordo com a lista de requisitos anteriormente elaborada, contendo as exigências da ABNT no tocante à acessibilidade arquitetônica. Como instrumento utilizaremos como base a Norma nº 9050 da ABNT (ABNT, 2015), que se refere à acessibilidade arquitetônica de ambientes públicos e privados. Como resultados esperamos identificar se as condições de acessibilidade das academias de musculação se encontram de maneira satisfatória ou não, obedecendo o que preconiza as normas legais e desta forma descrever um cenário atual desse importante ambiente social para o público das pessoas com deficiência. Nossas considerações parciais nos remetem a refletir sobre a lacuna existente entre o que está previsto nos documentos legais em relação ao que acontece de fato na prática e considerando o atual momento se está ocorrendo a promoção da inclusão para as PCDs nas academias de musculação.

Palavras-chave: inclusão; acessibilidade; academias de musculação; atividade física.

REFERÊNCIAS:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas – **NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**, Rio de Janeiro: 2015, revisada.

CALADO, G. C.; ELALI, G. A. O acesso ao ambiente escolar. In: NUTAU – Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2008.

CÂNDIDO, D. L.; SANTOS, G. B. dos.; MÁRIO, R. C. C. M. **Cidadania: inserção dos deficientes físicos no mercado de trabalho**. Novos Horizontes: Belo Horizonte, 2007.

PROJETO DE EXENSÃO “ESTÁCIO OURINHOS: EDUCAR”

André Evaristo Chakar³⁹

Millene Stefania Machado⁴⁰

Thaís de Lima Costa da Silva⁴¹

Jennifer Christina de Souza Andrade⁴²

Márcio Pereira⁴³

³⁹ André Evaristo Chakar – Educação Física – Ourinhos-SP. E-mail: andreexercise@hotmail.com

² Millene Stefania Machado – Educação Física – Ourinhos-SP. E-mail: millene.machado@estacio.br

³ Thaís de Lima Costa da Silva – Educação Física – Ourinhos-SP. E-mail: thaistelima22@gmail.com

⁴ Jennifer Christina de S. Andrade – Educação Física – Ourinhos-SP. E-mail: jennifersouza_18@hotmail.com

⁵ Márcio Pereira – Educação Física – Ourinhos-SP. E-mail: pereira.marcio@estacio.br

⁶ Marco Aurélio Nóbrega – Educação Física – Ourinhos-SP. E-mail: marco.nobrega@estacio.br

No cenário atual em que estamos vivendo com relação a Pandemia da COVID-19, em meio ao avanço da vacinação em todo estado de SP e com o retorno das aulas presenciais nas escolas de todas as redes de ensino, tanto municipal, estadual e particular, observamos o quanto o desenvolvimento infantil integral foi prejudicado nesse período em que as crianças tiveram ausência das atividades práticas da disciplina de Educação Física de forma presencial, coletiva e frequentes, ficando sem contato real com o professor e outras crianças, sendo submetidos a aulas online com encontros apenas virtual e atividades adaptadas. Sob esse olhar, vimos a necessidade de implantar um projeto de extensão que além de contribuir para a formação dos discentes do curso de Licenciatura em Educação Física através das vivências práticas escolares, contribuísse com o desenvolvimento motor das crianças de forma lúdica e recreativa. Tendo como base a unidade temática da BNCC Jogos e Brincadeiras, traçamos como objetivo do Projeto Educar proporcionar vivências práticas que desenvolvam habilidades para efetivação da aprendizagem como: experimentar diferentes jogos e brincadeiras e assim fruir, recriar de forma individual e coletiva, reconhecer e respeitar as diferenças, dificuldades e limitações individuais dos colegas, se expressarem por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral), planejar e utilizar estratégias para resolver desafios das atividades propostas, entre outras. Além dessas habilidades, traçamos também como objetivo trabalhar o desenvolvimento integral das crianças através de brincadeiras, jogos e situações que estimulem as capacidades motoras, físicas, cognitivas, auditivas, psicológicas e sociais, onde elas desenvolvam ritmo, velocidade, agilidade, força, coordenação, trabalhem a lateralidade, a atenção, aprendam a esperar, respeitar, ouvir e conheçam seu corpo como um todo e tudo que é possível aprenderem a fazer com ele. O trabalho dessas capacidades e habilidades utilizando abordagem lúdica recreativa, é de extrema importância para o desenvolvimento global e aprendizagem das crianças (BALBÉ, 2009). A Educação Física escolar nos anos iniciais consegue proporcionar vivências práticas corporais de diferentes formas, influenciando e contribuindo de maneira positiva na educação infantil que é o período onde as crianças começam a conhecer o corpo e seus movimentos (ETCHEPARE, 2000). O trabalho da Educação Física escolar para desenvolver diversas habilidades e capacidades desde os primeiros ciclos de vida das crianças, contribuem não somente para

o ambiente escolar, mas para todo meio em que a criança se encontra (GALLARDO, 1998). A metodologia utilizada para a aplicação prática dos conteúdos do Projeto Educar passou primeiramente pela aprovação da coordenação do Colégio Drummond, que fica localizado em um dos blocos da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos, que foi o colégio escolhido para o desenvolvimento do projeto nesse segundo semestre de 2021, com pretensão de continuar nos anos seguintes além de expandir para outras escolas da cidade. Após a apresentação do projeto e aprovação do mesmo, definimos as turmas que seriam atendidas de acordo com a disponibilidade de dias e horários segundo cronograma semanal do colégio. As aulas ficaram definidas para toda(4ª) quarta e (6ª) sexta-feira, onde atendemos no período da tarde as turmas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental I. Cada turma é atendida uma vez na semana e a aula tem duração de cinquenta minutos. Os discentes do curso de Licenciatura em Educação Física matriculados na disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado são responsáveis por elaborar os planos de atividade para cada aula de acordo com cada série a ser atendida, seguindo os objetivos do projeto e dividindo a aula em três partes, inicial (atividade de aquecimento, descontração), principal (atividades lúdicas específicas de recreação, envolvendo jogos e brincadeiras coletivas e individuais) e final (atividade de volta à calma), e também desenvolver a aula aplicando as atividades elaboradas. Todos os planos são enviados antecipadamente às preceptoras responsáveis pelo estágio e pelo desenvolvimento do projeto para avaliação do plano, e possíveis alterações e orientações para uma melhor aplicação na prática. Os materiais que temos acesso para o desenvolvimento das aulas são os que são disponibilizados para o curso de Educação Física, dentre eles contamos com bolas, cones, arcos, colchonetes, discos, mini tabelas de basquetebol, steps, giz, corda, etc., porém, os discentes podem confeccionar materiais (temos um evento programado para confecção de materiais com recicláveis), ou levar materiais extras necessários para cada plano. Os resultados que temos são parciais, pois o fim do projeto e a avaliação final sobre os resultados obtidos serão realizados dia 30/11/2021, porém, de acordo com os feedbacks que recebemos das crianças participantes, dos discentes que desenvolvem as aulas, da equipe de coordenação do Colégio atendido e dos pais que também relatam suas observações, podemos observar que a participação das crianças do Ensino Fundamental I no Projeto Educar tem repercutido positivamente na sala de aula em relação às demais disciplinas, na motivação das crianças e satisfação delas com as aulas quando chegam a casa e relatam aos pais, e no desenvolvimento de habilidades e capacidades notáveis nas aulas do projeto quanto á

coordenação motora, agilidade, velocidade, atenção e respeito com os colegas. Todo esse feedback, essa devolutiva que recebemos contribuem para que mantenhamos o que está trazendo resultados positivos, busquemos inovar ainda mais, além de servir como orientação para que façamos adaptações, ajustes, correções e possíveis modificações, buscando sempre a melhoria do desenvolvimento do projeto para o alcance dos objetivos propostos. Temos grande expectativa quanto aos resultados desse Projeto de Extensão do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos, e esperançosos de que com resultados positivos possamos dar continuidade no desenvolvimento do Projeto nos anos seguintes, e até mesmo desenvolvê-lo em outras escolas parceiras.

Palavras-chave: Recreação; Jogos; Brincadeiras; Ludicidade; Desenvolvimento motor.

REFERÊNCIAS:

BALBÉ, G. P.; DIAS, R. G.; SOUZA, L. da S. . “Educação Física e suas contribuições para o desenvolvimento motor na educação infantil”, **Revista Digital**. Buenos Aires, ano 13, n. 129, 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>. Acesso em 11 out. 2021.

ETCHEPARE, Luciane Sanchotene. “A avaliação escolar da Educação Física na rede municipal, estadual, particular e federal de ensino de Santa Maria”. **Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano)** – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

GALLARDO, J.; OLIVEIRA, A. A. B. de e ARAVEÑA, C. **Didática de Educação Física. A criança em movimento: jogo, prazer e transformação**. São Paulo: FTD, 1998.

ESTILO DE VIDA EM UNIVERSITÁRIOS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL: COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO E CONSUMO DE DROGAS

João Vitor Teodósio Soares ⁴⁵

Mateus Machado de Oliveira ⁴⁶

Débora Alves Guariglia ⁴⁷

Os jovens universitários são indivíduos que estão num momento de transição da vida e enfrentando diversos desafios, como as premissas da graduação, novas responsabilidades, condições financeiras etc., alinhados a outros impasses da vida pessoal, interferindo diretamente no estilo de vida, tornando essa população vulnerável a comportamentos de risco, principalmente ao comportamento sexual de risco e o consumo de drogas. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho foi avaliar o estilo de vida por meio do comportamento sexual de risco e do consumo de drogas manifestados por universitários da região sudeste do Brasil. Referencial teórico: A sexualidade é uma naturalidade

⁴⁵ João Vitor Teodósio Soares – Enfermagem – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: vitor.1807@hotmail.com.

⁴⁶ Mateus Machado de Oliveira – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: mateusoliveira8855@gmail.com.

⁴⁷ Débora Alves Guariglia – Educação física – Unidade Acadêmica. E-mail: debora.guariglia@uenp.edu.br.

humana que influencia todo o ciclo da vida do indivíduo, por estar relacionada a fatores biológicos, psicológicos e sociais (FALCÃO JÚNIOR, 2007). Dentre a população jovem e universitária com idade, geralmente, entre 17 e 24 anos, nota-se o início dos comportamentos sexuais de risco, tornando-se um público-alvo para abordagem de práticas preventivas. Em relação ao consumo de drogas lícitas e ilícitas, percebe-se que no Brasil, a utilização de drogas psicotrópicas acontece precocemente, ao ponto da maioria dos estudantes do ensino médio já terem tido contato com drogas, tornando um dos principais comportamentos de risco à saúde, e, devido às demandas do ambiente acadêmico, torna-se uma prática frequente na população universitária (LIMA, 2018; ZEFERINO, 2015). Métodos: Foi desenvolvido um estudo observacional com recorte transversal realizado de forma virtual com universitários da região sudeste do Brasil, os quais responderam a um formulário eletrônico contendo um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e o link dos questionários (respondido anônimo). A divulgação do formulário eletrônico finalizado foi realizada por meio de redes sociais e por e-mail pessoal dos universitários ou das instituições acadêmicas. O questionário aplicado foi o questionário de Consumo de drogas e álcool e comportamento de risco relacionado a drogas e sexo (BRASILIA, 2013) e acrescentadas cinco questões extraídas do questionário sobre comportamento de risco e sexualidade – versão em língua portuguesa (PEIXOTO, 2015), abordando a masturbação, a frequência dessa prática, os métodos contraceptivos utilizados, a satisfação sexual e modificações da vida sexual após ter entrado na universidade. Resultados: Dentre os 866 universitários avaliados da região sudeste do Brasil, percebe-se que 83% já praticaram relações sexuais em algum momento da vida e, dentre eles 74% afirma ter utilizado camisinha durante a primeira relação sexual. Dos universitários com vida sexual ativa 69% mantem relação sexual com parceiros (as) fixos (as) nos últimos 12 meses e 26% deles afirmaram não ter utilizado camisinha nessas situações e período. Aproximadamente 70% afirmam não ter relações sexuais com parceiros (as) casuais nos últimos 12 meses, porém, dentre os que mantiveram somente 14% utilizaram camisinha em todas as relações sexuais, 10% utilizaram camisinha em algumas das relações sexuais e 4% não utilizaram. Quanto ao consumo de drogas ilícitas, 44% relataram ter feito uso de drogas ilícitas alguma vez na vida, sendo que o tipo mais consumido foi a maconha. Com base nos resultados apresentados, conclui-se que os riscos do uso de drogas lícitas e ilícitas e sexual está presente entre os voluntários investigados, porém os maiores riscos encontrados foram a grande prevalência de adultos sexualmente ativos que não utilizam camisinha em todas

as relações, tanto com parceiros fixos quanto com casuais. Além disso, em relação as drogas ilícitas a maconha, apesar de uma minoria adepta, foi a droga mais prevalente entre os universitários.

Palavras-chave: universitários; comportamento sexual; drogas.

REFERÊNCIAS:

FALCÃO JÚNIOR, José Stênio Pinto et al. Perfil e práticas sexuais de universitários da área de saúde. **Escola Anna Nery**, v. 11, n. 1, p. 58-65, 2007;

LIMA, Celina Aparecida Gonçalves et al. Prevalência de comportamento de risco em uma população de universitários brasileiros. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 19, n. 2, p. 278-292, 2018;

ZEFERINO, Maria Terezinha et al. Consumo de drogas entre estudantes universitários: família, espiritualidade e entretenimento moderando a influência dos pares. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 24, n. SPE, p. 125-135, 2015;

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas na população brasileira / Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2011;

PEIXOTO, Carla et al. Comportamento sexual de estudantes de medicina portugueses e seus fatores preditivos. **Revista Internacional de Andrología**, v. 14, n. 2, p. 53-68, 2015.

RELATO DE EXPERIÊNCIA – ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM A AUTISTA EM UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Karen Cristina Barbosa⁴⁸

Lucidalva de Jesus Silva⁴⁹

Isabelly Christina Vendrame da Costa⁵⁰

Elaine Aparecida Soi⁵¹

Carolina Guizardi Polido⁵²

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno de origem desconhecida, relacionado ao desenvolvimento neurológico, que afeta a linguagem e interação social, provoca movimentos estereotipados e repetitivos e se manifesta majoritariamente em meninos (BONFIM et al., 2020). Nos serviços de urgência e emergência, a equipe está sujeita a prestar assistência a autistas. Porém, é comum que profissionais expressem insegurança e incapacidade na prestação dos cuidados por falta de referência teórica e

⁴⁸ Aluna do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GruPeES) da FAESO. E-mail: karenbarbosa.pessoal@hotmail.com

⁴⁹ Aluna do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GruPeES) da FAESO. E-mail: dalva_j_silva@hotmail.com

⁵⁰ Aluna do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GruPeES) da FAESO. E-mail: isabellycosta@gmail.com

⁵¹ Enfermeira, Mestre em Enfermagem, Docente do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GruPeES) da FAESO. E-mail: esoi@terra.com.br

⁵² Enfermeira, Doutora em Saúde Coletiva, Docente do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GruPeES) da FAESO. E-mail: carolina.polido@estacio.br

pelo estigma social da complexidade e instabilidade no comportamento deste cliente (ROCHEL; CAMARGO JÚNIOR, 2019). Este relato de caso aborda a dificuldade da realização do exame físico em paciente infantil, masculino, 7 anos, acompanhado da genitora, com queixa principal de dor abdominal, diagnosticado com TEA aos 4 anos. O menor apresentava estereotípias, atraso no desenvolvimento da fala, incapacidade de sustentar contato visual e intolerância ao toque físico. Inicialmente a equipe centrou a comunicação na genitora, coletando dados apenas com os relatos desta. No exame físico, o manejo acelerado e o excesso de contato físico trouxeram grande desconforto para o cliente, provocando crises de ansiedade e choro intensas e maior resistência ao contato da equipe. A necessidade de procedimentos invasivos potencializou o teor traumático da assistência. Uma das autoras, no entanto, foi a responsável pelo cuidado ao menor num período de 12 horas, e procurou alternativas para estabelecer vínculo terapêutico sem o intermédio de outros profissionais ou da genitora. Utilizou-se de técnicas como 1 - remanejar o paciente para ambiente acolhedor, com exclusão de fatores hostis (ruídos e agitação da equipe); 2 - interagir com a realidade psicológica da criança, aderindo ao seu padrão comportamental; 3 - introduziu o exame físico de maneira lúdica, apontando cada intervenção e agindo com autorização da criança; 4 - com autorização da genitora, gravou a cavidade oral e esclera ocular para análise de equipe multidisciplinar, reduzindo as intervenções múltiplas. Após tal abordagem, a criança apresentou-se mais disposta e colaborativa aos processos do cuidado. Assim, este relato aponta as falhas assistenciais da equipe multidisciplinar por não respeitar o tempo de interação do cliente e o despreparo para compreender a intensidade do sofrimento do autista. Conclui-se que o emprego da escuta ativa e o alinhamento da assistência à resposta do cliente são suficientes para facilitar a adesão ao tratamento, destacando-se, estas atividades como humanizadoras do cuidado em saúde.

Palavras-chave: Assistência de enfermagem; autismo; humanização da assistência

REFERÊNCIAS:

BONFIM, Tassia de Arruda. Vivências familiares na descoberta do transtorno do espectro autista: implicações para a enfermagem familiar. **Rev Bras Enferm.**, v. 73, s.6, p.e20190489, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0489>

ROCHEL, Clarice Rios; CAMARGO JÚNIOR, Kenneth. Especialismo, especificidade e identidade - as controvérsias em torno do autismo no SUS. *Ciênc. Saúde Colet.*, v.24, n.3, p.1111-1120, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.07862017>

RELATO DE EXPERIÊNCIA – VIVÊNCIA DE ALUNAS NO PROJETO DE EXTENSÃO “VIVÊNCIA PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM”

Anna Carolina Botelho de Souza⁵³

Bianka Fernanda de Lima⁵⁴

Monique Pascoal Passos⁵⁵

Renata Jacqueline de Olivera Dias⁵⁶

Tainara Vitória Martins⁵⁷

Carolina Guizardi Polido⁵⁸

No ensino de enfermagem, a prática clínica é imprescindível para o treinamento de habilidades do aluno em situações de vivência real, dado que estratégias auxiliares de ensino, em curto prazo, não são capazes de estimular a busca pelo conhecimento e fortalecimento do aprendizado (MORITA; KOIZUMI, 2009). Graduandos valorizam a formação profissional que estimula a busca de saberes e experiências, facilitando o processo de aprendizagem. Além de modificações no processo de ensino de teorias, é necessário articulação de um ensino que ultrapasse as barreiras da academia, estimulando a proatividade e o processo reflexivo do aluno, além de sua inserção na comunidade. A

⁵³ Aluna do curso de graduação em Enfermagem FAESO; participante do projeto de extensão acadêmica “Vivência Profissional em Enfermagem”. E-mail: annacarol30@hotmail.com

⁵⁴ Aluna do curso de graduação em Enfermagem FAESO; participante do projeto de extensão acadêmica “Vivência Profissional em Enfermagem”. E-mail: biankafernanda24@gmail.com

⁵⁵ Aluna do curso de graduação em Enfermagem FAESO; participante do projeto de extensão acadêmica “Vivência Profissional em Enfermagem”. E-mail: moohpassos66@gmail.com

⁵⁶ Aluna do curso de graduação em Enfermagem FAESO; participante do projeto de extensão acadêmica “Vivência Profissional em Enfermagem”. E-mail: reoliveira007@gmail.com

⁵⁷ Aluna do curso de graduação em Enfermagem FAESO; participante do projeto de extensão acadêmica “Vivência Profissional em Enfermagem”. E-mail: taynaravitoryya@gmail.com

⁵⁸ Docente, Enfermeira Doutora em Saúde Coletiva e coordenadora do projeto de extensão “Vivência Profissional em Enfermagem”. E-mail: carolina.polido@estacio.br

oferta de extensão acadêmica e projetos científicos, além da inserção precoce em campo, facilitam o processo de ensino aprendizagem, tornando-se imprescindível os espaços para processo de vivências e de reflexão (QUADROS; COLOMÉ, 2016). Este trabalho é um relato de caso, que tem como objetivo descrever a importância de projetos de extensão com vivência prática sob a ótica dos alunos. Participaram do projeto 5 alunas, todas do sétimo período do curso de graduação em Enfermagem. Cada aluna teve 240 horas de prática clínica na área escolhida, onde foi possível vivenciar as atividades de enfermagem sob a supervisão de enfermeiros dos locais de vivência além de supervisão indireta da coordenadora do projeto, no mínimo semanalmente. Foram oportunizadas às alunas as seguintes atividades nos campos de vivência: acompanhamento das funções gerenciais do enfermeiro, atividades de cuidado direto/indireto de enfermagem, atuação na rotina dos setores. Nos encontros com a coordenadora, foi propiciado discussões de caso e científicas, planejamento das atividades com a comunidade. O resultado parcial do projeto envolve os seguintes tópicos para discussão: o projeto tem grande importância na minha vida acadêmica; participar do projeto me fez perceber que fiz a escolha correta para minha vida profissional; vivenciar os cuidados diretos e os plantões me fez entender que preciso aprofundar meus conhecimentos teóricos; a vivência me permitiu relacionar melhor a teoria com a prática; estar na prática me fez entender como melhorar o cuidado e a humanização; o projeto me deu mais confiança e autonomia para cuidar de pacientes; o projeto fortaleceu meus laços com a profissão escolhida. Assim, conclui-se que projetos de extensão que propiciam imersão prática permitem melhorar o ensino-aprendizagem e fortalece a formação adequada de novos profissionais.

Palavras-Chave: educação em enfermagem; relatos de caso; ensino.

REFERÊNCIAS:

MORITA, Ana Beatriz Pinto da Silva; KOIZUMI, Maria Sumie. Estratégias de ensino-aprendizagem na enfermagem: análise pela Escala de Coma de Gasglow. **Rev Esc Enferm USP**, v.43, n.3, p.543-550, 2009.

QUADROS, Jacqueline Silveira de; COLOMÉ, Juliana Silveira. Metodologias de ensino-aprendizagem na formação do enfermeiro. **Rev Baiana Enferm**, v.30, n.2, p.1-10, 2016.

MONITORIA ACADÊMICA COMO FERRAMENTA POTENCIALIZADORA DO APRENDIZADO: UM RELATO DE CASO

Oswaldo Cesar Pompei Júnior⁵⁹

Nathália de Azevedo Mendes⁶⁰

João Vitor Teodósio Soares⁶¹

Carolina Guizardi Polido⁶²

A disciplina de semiologia e semiotécnica, é onde o estudante recebe a primeira familiarização com a prática sistematizada desenvolvida pelo enfermeiro, assim sendo perceptíveis um grande anseio por parte dos mesmos em adquirir o conhecimento técnico para executar a prática sem deslize e com precisão. O programa de monitoria na disciplina de Semiologia e semiotécnica em Enfermagem é uma proposta remodelada de algumas instituições de ensino para possibilitar novos ambientes de aprendizado, sendo este fundamentado pelo professor, passando ao monitor e os discentes onde proposta básica deste programa é o esclarecimento de dúvidas, auxílio em técnicas e trocas didático-pedagógicas sob acompanhamento (BARROS et al., 2016). O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de monitores do curso de graduação de Enfermagem no desenvolvimento de atividades de educação imersas a prática de laboratório de semiologia e semiotécnica. Relaciona-se a um relato de experiência, ou seja, é a descrição sobre uma vivência profissional em que é esperada uma contribuição relevante para o meio de atuação profissional. O cuidar, ou propriamente dita a assistência, é uma atividade inerente ao enfermeiro, que surge na graduação de forma nata à medida da experimentação de sua vivência, porém exige estudos vastos para obtenção de mecanismos efetivos de investigação cínica do estado do cliente, sendo a anamnese e exame do estado físico bases para uma leitura aguçada sobre o estado clínico e

⁵⁹ Discente – Curso de graduação em Enfermagem – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Email:osvaldocesarjunior@hotmail.com.

⁶⁰ Discente Curso de graduação em Enfermagem – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: nathaliawb@hotmail.com.

⁶¹ Discente – Curso de graduação em Enfermagem – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: vitor.1807@hotmail.com.

⁶² Docente – Curso de graduação em Enfermagem – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: carolina.polido@estacio.br.

direcionamento de uma assistência de melhor qualidade e rapidez (LIMA et al., 2017). A monitoria acadêmica prova ser potencializadora à compreensão da assistência para o aluno monitor, já que ao estar em contato direto com os alunos, além de reforçar seu conhecimento ao repassá-lo adiante é contemplado com o aprendizado de novos conhecimentos e desenvolvimento de técnicas. O ambiente do laboratório viabiliza uma organização pedagógica concisa com a rotina do enfermeiro, já que é esperada uma postura ética e humana adequada não só ao cliente em enfermagem, mas principalmente com a equipe de enfermagem, a qual o enfermeiro coordena. Mediante a esta característica observou-se que os benefícios obtidos para com os alunos monitores foram além do que o aprimoramento de técnico-científico dos procedimentos, dado que foi necessário refletir, compreender e aprofundar sobre as relações da enfermagem no convívio com a interdimensionalidade humana, ademais se pode desenvolver o preparo de atividades e gestão de tempo e de relações humanas. Para além, a monitoria permite ao aluno com aptidão para a docência iniciar suas atividades na área, mediados por um docente, possibilitando o processo crítico acerca do processo de ensino e aprendizagem e incentiva o contato com as mais diversas metodologias desenvolvidas pelos docentes das disciplinas, somando conhecimentos que podem ter influência na vida futura do aluno monitor. Por fim concluem-se que o desenvolvimento das atividades de monitoria pode ser capaz de articular as habilidades de relacionamento interpessoal e de gestão, intrínsecos ao processo de ensino-aprendizado possibilitando ao aluno monitor uma grande amostragem no que se se refere ao a prática da docência, além do desenvolvimento de habilidades inerentes à função desempenhada.

Palavras-chave: educação em enfermagem; enfermagem primária; estudantes de enfermagem; instrução para enfermeiros.

REFERÊNCIAS:

BARROS, Alexsander Wilkard Monte Sales de et al. **Monitoria acadêmica em enfermagem: uma revisão de literatura**. IN: Anais da VII Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia DeVry Brasil. Teresina/PI: DeVry Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/viimostradevry/29465-MONITORIA-ACADEMICA-EM-ENFERMAGEM--UMA-REVISAO-DE-LITERATURA>>. Acesso em: 08/10/2021 19:13

LIMA, Synara de Fátima Bezerra de et al. **A importância da disciplina de semiologia e semiotécnica para a prática assistencial**. IN: Conexão Fametro 2017 - Fortaleza/CE, 2018. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/conexaofametro2017/trabalho/38228>>. Acesso em: 07/10/2021.

RELATO DE EXPERIÊNCIA – VIVÊNCIA E DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA

Gabriela Rissonio Pádua⁶³

Larissa Carolina Lima⁶⁴

Mariana Franco Fernandes⁶⁵

Angélica Benetaci de Aquino Gandra⁶⁶

Carolina Guizardi Polido⁶⁷

A estrutura curricular do curso de enfermagem é composta por disciplinas teóricas e práticas, que são essenciais para a formação básica do enfermeiro e buscam capacitá-lo para desenvolver atividades propostas com excelência (JESUS et al., 2013). Constituindo a matriz curricular do curso de enfermagem tem-se o estágio curricular supervisionado obrigatório para a conclusão do curso. Em dezembro de 2019, surgiu a COVID-19, doença originada na China que se proliferou rapidamente pelo mundo causando impactos significativos no modo de viver da sociedade. Em março de 2020, houve a implementação de protocolos de segurança no Brasil, envolvendo o distanciamento social para evitar aglomerações, fechamento de serviços não essenciais, adoção de medidas e protocolos de segurança e a população teve que se adequar aos mesmos, incluindo a educação, que precisou aderir ao ensino remoto (SILVA et al., 2020). Este trabalho tem como objetivo relatar as experiências e desafios de se cumprir o estágio supervisionado obrigatório em tempo de pandemia. Utilizou-se para desenvolver esse relato as seguintes técnicas de coleta de dados: observação, participação das rotinas clínicas e gerenciais, revisão de normatizações e regulamentações de serviços de saúde. Durante a pandemia a UBS está sendo porta de entrada para casos positivos e suspeitos de Covid-19, sendo realizada a triagem de pacientes suspeitos com sintomas gripais, encaminhados para consulta clínica, medicados e notificados pelo enfermeiro; o swab é solicitado para pacientes sintomáticos do terceiro ao sétimo dia e testes rápidos para os contatos familiares de pacientes positivos, sendo realizado a partir do décimo dia de contato ou sintoma. Diante deste

⁶³ Aluna do curso de graduação em Enfermagem FAESO. E-mail: gabrielarissonio@outlook.com

⁶⁴ Aluna do curso de graduação em Enfermagem FAESO. E-mail: laricarolinalima@gmail.com

⁶⁵ Aluna do curso de graduação em Enfermagem FAESO. E-mail: marianaffranco@hotmail.com

⁶⁶ Enfermeira, preceptora de estágio da graduação em Enfermagem FAESO. Especialista em Administração Hospitalar, Saúde Pública e Terapia Intensiva Adulto. E-mail: abenetaci@gmail.com

⁶⁷ Docente, Enfermeira Doutora em Saúde Coletiva. Email: carolina.polido@estacio.br

cenário, tivemos a oportunidade de realizar novos procedimentos e protocolos como: swab, manuseio correto de EPI'S, notificações de casos suspeitos e confirmados no e-SUS, orientações ao paciente suspeito e positivo sobre o isolamento e protocolo de higienização, autonomia para sanar as dúvidas dos pacientes promovendo a atenção ao cuidado. Tivemos a oportunidade de participar da campanha de vacinação da covid-19, onde era realizada a triagem do público alvo, cadastro no VACIVIDA e a aplicação das vacinas. Apesar de termos vivenciado essa nova experiência sentimos algumas limitações quanto aos procedimentos de rotina sendo esses: Estratégia de Saúde da Família, visitas domiciliares, programa Hiperdia, demanda reduzida nos procedimentos de coleta de material citopatológico, coleta de material laboratorial e curativo. Mesmo diante das limitações citadas tivemos a oportunidade de fortalecer as relações interpessoais com a equipe de trabalho, ampliar nossa autonomia na tomada de decisões, liderança e gerenciamento. Conclui-se diante dos pontos positivos e negativos do nosso estágio em tempos de pandemia que conseguimos desenvolver a capacidade de resiliência frente ao cenário catastrófico da saúde mundial, interiorizando assim um aprendizado diferencial e benéfico para nosso crescimento profissional.

Palavras-chave: educação em enfermagem; COVID-19; ensino.

REFERÊNCIAS

JESUS, Bruna Helena de et al. Inserção no mercado de trabalho: trajetória de egressos de um curso de graduação em enfermagem. **Rev. Esc. Anna Nery Enferm.**, v.17, n.2, p.336-345, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452013000200019>

SILVA, Kézia Raquel Gomes da et al. Conceitos dos discentes de enfermagem sobre aulas remotas. **Diálogos Saúde**, v.3, n.1, p.47-61, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/dialogosemsaude/article/view/275/235>>. Acesso em 05 out 2021.

SOUZA, Luiz Basso de et al. Estágio curricular supervisionado em enfermagem durante a pandemia de coronavírus: experiências na atenção básica. **J. nurs. health.**, v.10, n.esp, p.e20104017, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15210/jonah.v10i4.19050>

**ENSINO REMOTO NA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM:
DESAFIOS NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS COVID-19**

Joyce Pereira dos Santos Muniz⁶⁸

Belisana Pinto de Abrel Araújo Neta⁶⁹

Carolina Guizardi Polido⁷⁰

Luciana Quagliane Ribeiro⁷¹

O avanço da COVID-19 pelo mundo transformou a doença em pandemia de proporções jamais vistas, provocou mudanças em toda sociedade, inclusive no ensino. Inicialmente, um quadro considerado passageiro no Brasil, causou a suspensão das aulas em março/2020, o avanço da doença levou a permanência do ensino por vias remotas durante todo o ano, utilizando-se das mais diversas ferramentas digitais. Considerando-se o panorama socioeconômico brasileiro, é possível perceber que o acesso à educação em tempos de pandemia foi dificultado, uma vez que nem todos no País têm acesso e domínio da tecnologia (BASTOS et al., 2020; SOUZA et al., 2020). Além disso, é possível perceber, o aumento dos níveis de estresse e insatisfação causados pela brusca alteração no processo de aprender (MAIA; DIAS, 2020; BASTOS et al., 2020; SOUZA et al., 2020). Este estresse é observado em todos os participantes do processo de ensino, atingindo alunos, professores, coordenadores e gestores. Ensinar como depósito de informações já não era mais possível e a evolução da pandemia revolucionou a forma de ensinar-aprender. Há muito professores lutam para ter estudantes mais participativos no processo de aprendizagem e há também necessidade de modificar o perfil dos profissionais que estão sendo formados, no entanto, a dificuldade está em ensinar da mesma maneira. Assim, este relato sumariza a experiência das docentes do curso de graduação em enfermagem de instituições privadas em diferentes estados do Brasil, na busca pela aprendizagem de seus alunos durante a pandemia. Diante do cenário pandêmico, foi exigido que professores realinhassem suas atividades pedagógicas de modo a superar as limitações individuais e reduzir os impactos do isolamento social, tendo a seu favor os modos digitais de ensino. A mudança do estilo de aulas para o virtual é um processo novo que ainda não permite resultados concretos sobre a maneira como

⁶⁸ Docente – Enfermagem – Universidade Estácio de Sá – RJ. E-mail: joycemuniz@yahoo.com.br

⁶⁹ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio do Rio Grande do Norte. E-mail: belineta80@hotmail.com

⁷⁰ Docente – Enfermagem – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – SP. E-mail: carolina.polido@estacio.br

⁷¹ Docente – Enfermagem – Universidade Estácio de Sá – RJ. E-mail: quagliane@yahoo.com.br

esta mudança impactou os estudantes, os docentes e as famílias. Este contexto também acentua as desigualdades sociais e o acesso a que os alunos têm acerca das tecnologias. Em somatória, a corrida tecnológica encontrou docentes que muitas vezes não dominam a tecnologia e não foram preparados para lecionar através deste novo modelo, dificultando tanto as explicações como a inserção do aluno nesta modalidade. Logo foi percebido que muito mais que o cumprimento do plano de ensino, era importante o desenvolvimento das habilidades socioemocionais para o momento da pandemia, para a vida e para formação em enfermagem. Diante de tantos desafios e adversidades o que restou e se sustentou foi o desenvolvimento destas habilidades tão importantes para alunos e docentes: empatia, resiliência, respeito, solidariedade, comunicação, trabalho em equipe. Foi preciso aprender a ouvir e compreender as dificuldades de ambos, todos precisaram se ajudar. Ao final, o que construímos foi muito próximo, embora distantes pela geografia. Entendemos que o distanciamento não está no formato virtual, mas a proximidade está em se importar com o outro.

Palavras-chave: educação em enfermagem; enfermagem; ensino; educação superior.

REFERÊNCIAS

MAIA, Berta Rodrigues; DIAS, Paulo César. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 37, e200067, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>

BASTOS, Milena de Carvalho et al. Ensino remoto emergencial na graduação em enfermagem: relato de experiência na covid-19. **REME**, v.24, e-1335, 2020. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415.2762.20200072>

SOUZA, Cláudio José et al. The (re) invention interfaces of undergraduate teaching in nursing in time of COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e289974190, 2020. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4190>

ESTRESSE, QUALIDADE DE SONO E CONHECIMENTO SOBRE SAÚDE MENTAL DOS ACADÊMICOS DE FISIOTERAPIA DA FAESO

Alessandra Lopes⁷²
Amanda Mila Alves de Mira⁷³
Giovanna Jorge Adas⁷⁴
Loreni Fernandes Giacomini⁷⁵
Maria Rita Martins da Rocha⁷⁶
Theda Manetta da Cunha Suter 6

Tema geral e problema de pesquisa: Devido a tecnologia avançada, com estilos de vidas inadequados, aonde o ritmo de trabalho vem se alterando, ultrapassando as 8 horas diárias em diferentes turnos, modificando os níveis de estresse, que estão ligados diretamente na qualidade de sono. Um sono é irregular quando caracterizado por alterações no horário de dormir, como por exemplo, na vida de acadêmicos, podendo afetar penosamente a saúde, uma vez que isso também afeta a memória, a capacidade de resolução de problemas, atenção e também a função cognitiva. A conservação de uma boa noite de sono é primordial para o bem-estar físico e mental, pois quem dorme bem tem uma alta habilidade de adequação às circunstâncias adversas, tais como: ansiedade, estresse, entre outras. Visto que, o estresse é provocado por um estímulo psicológico, ambiental ou fisiológico, ameaçando o equilíbrio do organismo que se encontra em situação de esforço físico e emocional. Os conceitos de estresse são classificados em fases que variam de alerta à exaustão, a fase de alerta pode ser positiva e os estressores podem ter como encargo a motivação para procurar ajuda. Entretanto, os estressores de longa duração ou intensos podem trazer prejuízos ao indivíduo, capaz de predispor a variadas doenças. As doenças mentais estão cada vez mais frequentes na vida cotidiana e o desconhecimento gerado pela escassez de entendimento específico na área, pode interferir diretamente na relação com o indivíduo, o que causa um impacto no tratamento. Deste modo, a inclusão das questões de saúde mental na perspectiva acadêmica do fisioterapeuta é crescente necessidade, com intuito de capacitar a atuação, qualidade e integralidade, os

⁷² Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. - alessandralopes93@hotmail.com

⁷³ Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. - amanda.miira@hotmail.com

⁷⁴ Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. - giovannajorgeadas@gmail.com

⁷⁵ Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. - loreni.giacomini@hotmail.com

⁷⁶ Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. - mariarita.martins@gmail.com

⁶ Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. - thedasuter@hotmail.com

profissionais fisioterapeutas devem desenvolver essas habilidades, sabe-se que os distúrbios de saúde mental não estão desvinculados de outros problemas de saúde. Visto que, será capaz de minimizar as alterações corporais exibidas pelas pessoas com distúrbios mentais e auxiliar na reabilitação psicossocial. **Objetivo:** Avaliar a qualidade de sono, estresse e o conhecimento em saúde mental dos acadêmicos de fisioterapia da FAESO. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória quantitativa, realizada nos campus de estágio com 47 acadêmicos, onde foi elaborado um formulário impresso contido de três questionários validados. Foi utilizado o ISS (Inventário de Sintomas de Stress) para avaliação do estresse referente aos sintomas físicos e psicológicos, para avaliação do sono o PSQI (Índice de Qualidade do Sono de Pittsburgh) que avalia sete componentes do sono: qualidade subjetiva, latência do sono, duração do sono, eficiência do sono, distúrbios do sono, uso de medicamentos e disfunção diária e o MAKS (Mental Illness Knowledge Schedule) para avaliação sobre o nível de conhecimento em saúde mental, nos quais foram respondidos individualmente pelos acadêmicos. **Resultados:** Verificou que dentre os 47 participantes, a qualidade do sono, na maioria dos acadêmicos são classificados como “maus dormidores”. Quanto ao estresse, grande partes estão em fase de resistência, dentre os participantes que apresentaram níveis de estresse, houve maior ocorrência de manifestações de sintomas físicos. Sobre o conhecimento em saúde mental, compreendem mais sobre as perguntas relacionadas ao estigma da doença. **Conclusão:** É possível analisar que a rotina interfere de forma impactante na vida dos acadêmicos. É de suma importância acrescentar na grade curricular a matéria de conhecimento em saúde mental, que agrega conhecimento pessoal e profissional.

Palavras-chave: fisioterapia; conhecimento; saúde mental; estresse acadêmico; sono;

REFERÊNCIAS:

BARROS, M. B. de A. *et al.* Quality of sleep, health and well-being in a population-based study. **Revista de Saúde Pública**, Campinas, v. 53, n. 82, p. 82, 2019.

DUTRA, D. L. *et al.* Avaliação da fase de estresse em estudantes da área da saúde. **Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 21-25, 2018.

GOULARDINS, J. B.; CANALES, J. Z.; ODA, C. Perspectivas sobre a atuação da Fisioterapia na Saúde Mental. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**. v. 9, n. 2, p. 155-158, 2019.

Lipp MEN, Malagris LN. O Stress Emocional e seu Tratamento. In: Rangé B, org. Psicoterapia Comportamental e Cognitiva Pesquisa, Prática, Aplicações e Problemas. **Campinas: Livro Pleno**; 2001.

MAGALHÃES, M. N.; RIBEIRO, M. C. Percepção de discentes de Fisioterapia sobre sua formação acadêmica em saúde mental. **Revista Docência do Ensino Superior**. v. 10, p. 1-16, 2020.

PASSOS, M. H.; SILVA, H. A.; PITANGUI, A. C.; OLIVEIRA, V. M.; LIMA, A. S.; ARAÚJO, R.C. Reliability and validity of the Brazilian version of the Pittsburgh Sleep Quality Index in adolescents. **J Pediatr**. v. 93, n. 6, p. 200, 2017.

ZANUTO, E. A. C. *et al.* Distúrbios do sono em adultos de uma cidade do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v. 18, p. 42-53, 2015.

EFETIVIDADE DO TREINO OLFATIVO SOBRE A ANSIEDADE DEPRESSÃO EM PACIENTE PÓS COVID-19: ESTUDO DE CASO

Evelyn de Carvalho Gouveia ⁷⁷

Isabella Rabelo Gonçalves ⁷⁸

⁷⁷ Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. – evelyngouveia95@gmail.com

⁷⁸ Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. – isabella_jsul@hotmail.com

Letycia da Silva Gomes⁷⁹
Sandy Ribeiro do Nascimento⁸⁰
Maisa Pires de Camargo⁸¹
Maria Rita Martins⁸²

Tema geral e problema de pesquisa: Em dezembro de 2019, cidade de Wuhan na China, surgiram os primeiros casos da COVID 19. Wuhan ficou conhecida mundialmente poucos dias depois, após uma boa parte dos habitantes darem entrada no hospital, pois todos apresentavam os mesmos sintomas gripais e dificuldades para respirar. Realizaram testes para qualquer tipo de vírus gripal normal e todos deram negativo. Os sintomas mais predominantes eram tosse/tosse seca, cefaleia, intensa dispneia, cansaço, febre, baixa saturação de O₂, perda do paladar, problemas gastrointestinais e hiposmia, tanto em situações leves a intermediário. (CABRAL, 2020). A COVID-19 trata-se de um contágio viral que se espalha rapidamente pelas vias aéreas, que ocasiona a perda da estrutura dos alvéolos e endotélios, com isso promove uma reação flogística nas células alveolares, no qual impossibilita a hematose. (MENDES, 2020). Souza et al (2021) relata que na situação de contágio, os infectados podem ser sintomáticos ou assintomáticos e ainda assim contaminar outras pessoas com a doença. As sintomatologias mais predominantes em situações leves a intermediário incluem tosse/tosse seca, cefaleia, intensa dispneia, cansaço, febre, baixa saturação de O₂, perda do paladar, problemas gastrointestinais e hiposmia. Já nos quadros mais graves tendem a evoluir para uma deficiência respiratória até caso de disfunção de múltiplos órgãos. A radiografia e a tomografia computadorizada são capazes de fornecer informações sobre as áreas afetadas no pulmão, além do teste de RT-PCR que detecta o código genético do vírus para a comprovação da infecção. Um dos sentidos que tem sido mais afetado pelas pessoas que são infectadas pela COVID-19, é conhecido por ter a capacidade de promover diversas percepções, denominado de olfato. O cheiro é marcado como uma sensação importante, que é captado através de reações químicas pelo sistema olfativo. Os pacientes com alteração olfatória resultam não apenas na perda total ou parcial da capacidade olfativa, mas também na dificuldade de identificar corretamente os sabores e principalmente os odores. (SEPULVEDA et al, 2020). Conforme Whitcroft et al (2020) o treino olfativo trata-se de um protocolo simples de

⁷⁹ Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. – letycia.silva.1999@hotmail.com

⁸⁰ Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. – sandykribeiro@outlook.com

⁸¹ Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. – maisapc@hotmail.com

⁸² Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. – mariarita.martins@gmail.com

reabilitação, que utiliza essências de diferentes odores, com intuito de recuperação parcial/total da hiposmia em pacientes com sequelas ocasionadas pela COVID-19. Levy (2020) descreve que o treinamento olfativo é eficaz através da estimulação por várias vezes em regiões dos neurônios olfativos, tornando-se uma técnica específica para tratamento da perda de olfato. Segundo Croy (2014) com a ocorrência da hiposmia pode-se ocasionar um impacto considerável na qualidade de vida dos pacientes, principalmente em idosos, como dificuldade nas atividades de vida diária, diminuição do apetite, conseqüentemente queda do índice de massa corporal, desenvolvimento de doenças como diabetes mellitus e câncer, transtornos de humor e distúrbio de saúde mental, tais como ansiedade e depressão. **Objetivo:** Avaliar os efeitos da intervenção fisioterapêutica do treinamento olfativo sobre a hiposmia e a melhora do quadro de Ansiedade e Depressão, em participante pós COVID-19. **Referencial teórico:** A COVID-19 alastrou-se aceleradamente por vários países na qual provocou a morte de milhares de pessoas. Os idosos acima de 60 anos e pessoas com baixa imunidade por doenças preexistentes eram as mais afetadas, pois agravavam os sintomas do vírus, com o avanço rápido em março de 2020, de forma descontrolada, com isso ocasionaram-se grandes impactos políticos, sociais e econômicos na maior parte do mundo. (CABRAL, 2020). Em relação a transmissão, pode ocorrer pelo contato direto e desprotegido por meio de perdigotas úmidas salivares, secreções respiratórias que são lançados por um indivíduo contaminado pelo vírus, o que torna uma infecção mais rápida, ou através do toque em regiões contaminadas pelo agente etiológico que são capazes de ser identificados por vários dias no local. Calculam que a existência da incubação pode ocorrer aproximadamente de cinco dias, com durabilidade de até 14 dias. (GALLASCH et al, 2020; OPAS, 2020). Com o início da pandemia, surgiu um alto índice no quadro de ansiedade e depressão na população, que influenciou psicologicamente e emocionalmente vários grupos sociais por conta das intervenções de proteção promovidas em todo o mundo pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como por exemplo o aumento da distância social, quarentena e o isolamento. (BARROS et al, 2020). **Metodologia:** O presente estudo trata-se de um estudo de caso, experimental quantitativo. Realizado em ambiente domiciliar, através da Unidade Saúde Família, na cidade de Ourinhos/SP, sob a responsabilidade da Faculdade Estácio de Sá, durante os meses de março a abril de 2021. Os dados da participante foram coletados por meio do Teste Olfativo e a Escala de Ansiedade e Depressão. **Resultados:** Mediante aos resultados do presente estudo de caso, pode-se notar, uma melhora expressiva e considerável quanto ao tempo de identificação dos odores. E no quadro de ansiedade e depressão nota-se um declínio tanto para as duas subescalas, onde a participante pontuou um escore na primeira

sessão de 17 pontos para ansiedade e 13 pontos para depressão, com uma provável hipótese. Após as intervenções, na 12ª sessão a participante pontuou 13 para ansiedade no qual se manteve o escore de provável hipótese, porém diminuiu a pontuação, já para a depressão obteve-se uma pontuação de 6, que alterou a hipótese de provável para possível.

Considerações finais: A COVID-19 está relacionada a disfunção olfatória e outros sintomas diversificados, como ansiedade e depressão, que teve como consequência um grande impacto no cotidiano. Conclui-se que os fatores descritos acima correlacionam com o presente estudo, de modo que a intervenção fisioterapêutica foi essencial no tratamento da hiposmia, bem como a fisioterapia convencional para o declínio do índice de ansiedade e depressão.

Palavra-chave: COVID 19; Perda de Olfato; Fisioterapia; Depressão; Ansiedade.

Referências:

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2020427, 2020

CABRAL, Luan Diego Soares. Responsabilidade do estado chinês perante a pandemia do novo corona vírus (**COVID-19**).

CROY, Ilona; NORDIN, Steven; HUMMEL, Thomas. Olfactory disorders and quality of life—an updated review. **Chemical senses**, v. 39, n. 3, p. 185-194, 2014.

GALLASCH, Cristiane Helena et al. Prevenção relacionada à exposição ocupacional do profissional de saúde no cenário de Covid-19. **Rev. enferm UERJ**, v.28. Rio de Janeiro, 2020

LEVY, Joshua M. Treatment Recommendations for Persistent Smell and Taste Dysfunction Following COVID-19—The Coming Deluge. **JAMA Otolaryngology–Head & Neck Surgery**, v. 146, n. 8, p. 733-733, 2020.

MENDES, Bárbara Simão et al. COVID-19 & SARS. **Ulakes Journal of Medicine**, v.1, 2020.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde; OMS- Organização Mundial de Saúde. Transmissão do SARS-CoV-2: implicações para as precauções de prevenção de infecção. **OPAS-W/BRA/COVID-19/20-089. Resumo Científico**. Julho 9, 2020. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52472>.

SEPULVELDA C, Valeria; et al. Anosmia e doença do coronavírus 2019 (COVID-19): O que devemos saber? **Rev. Otorhinolaryngol. Cir. Cabeça Pescoço**, Santiago, v. 80, n. 2 P. 247-258, junho 2020.

SOUZA, Alex Sandro Rolland et al. Aspectos gerais da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, p. 29-45, 2021.

WHITCROFT, Katherine Lisa; HUMMEL, Thomas. Olfactory dysfunction in COVID-19: diagnosis and management. **Jama**, v. 323, n. 24, p. 2512-2514, 2020.

FISIOTERAPIA LABORAL, QUALIDADE DE VIDA E ESTADO DE HUMOR EM TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS DO RAMO EDUCACIONAL NO CENÁRIO DA COVID-19

Liandra Gabriela Galvão⁸³

Theda Manetta da Cunha

Suter⁸⁴

Thamiris Costa de Lima⁸⁵

⁸³ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: gabrielaliandra23@gmail.com

⁸⁴ Docente - Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: thedasuter@hotmail.com

⁸⁵ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: thamiriscostadelima0@gmail.com

Tema geral e problema de pesquisa: A pandemia global do vírus COVID-19 teve um impacto profundo no mundo do trabalho. O cenário visto pelo trabalhador, que já era ambíguo, incerto e volátil, deixa claro que as tribulações da pandemia no país não terão curta duração. Assim as necessidades de produção de estudos, materiais e normativas que envolvam a saúde e a segurança do trabalhador, durante o enfrentamento de emergências de saúde pública, que já eram relevantes, torna-se agora necessárias (ALMEIDA, 2020).

Objetivo: Foi verificar a influência da fisioterapia laboral (FL) sobre a qualidade de vida e a percepção do estado de humor dos trabalhadores da área administrativa da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP sob a influência da pandemia. **Referencial teórico:** Oscilações de humor são normais e mais frequentes em “tempos difíceis”, o medo do vírus desconhecido, não poder dar apoio e estar com os familiares doentes, isolamento e tédio, dependendo das condições sociais e emocionais de cada indivíduo, o isolamento pode ser fonte de uma série de fatores geradores de estresse (RAMIREZ-ORTIZ et al., 2020). A incerteza futura e as dificuldades financeiras causadas pela pandemia da Covid-19 podem gerar novas epidemias durante ou após a resposta ao coronavírus, como distúrbios emocionais, gerando um efeito dominó, afetando primeiro os empregados depois consequentemente as empresas e isso pode afetar um país todo (HELIOTERIO et al., 2020). A fisioterapia laboral se utiliza de uma série de recursos e exercícios que possibilitam diminuição da fadiga e da incidência de lesões, além de melhorar a concentração e a produtividade. Destaca-se então a fisioterapia neste cenário de pandemia em que os trabalhadores que se encontram exaustos, fisicamente e mentalmente, visto que é reconhecidamente um instrumento de promoção a saúde e melhora da qualidade de vida no trabalho (MELO, 2017). **Método:** O delineamento é de estudo de caso experimental quantitativo realizado de agosto a novembro de 2020, com os trabalhadores da área administrativa da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos - FAESO. Devido à pandemia da COVID-19, a intervenção ocorreu virtualmente pela plataforma Teams Microsoft. Os participantes foram avaliados por questionários: de identificação, Qualidade de Vida no Trabalho - QWLQ-bref; Escala de Humor de Brunel – BRUMS.

⁸⁶ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: matheusuhull@hotmail.com

⁸⁷ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: riicardodasilva@gmail.com

⁸⁸ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: fabianatoledo088@gmail.com

Por ser o humor uma condição instável, sua avaliação se deu no início e ao final de um período de 4 horas de trabalho nos dias em que a FL foi realizada. Após a avaliação inicial os participantes foram submetidos a um protocolo de exercícios com frequência de duas vezes por semana durante 15 minutos, por 13 semanas consecutivas, totalizando 25 sessões. O protocolo de FL seguiu as atividades propostas por Suter (VELO et al., 2020): aquecimento, alongamentos e exercícios específicos de fortalecimento muscular (região cervical, abdominal e panturrilha). **Resultados:** Dos 24 participantes, 18 eram mulheres, média etária de 34 anos. Destes, 9 não participaram da intervenção e formaram o Grupo Controle (GC) que iniciou o estudo com 70% de QVT e ao final foi para 61%. O Grupo Experimental (GE) foi constituído por 15 trabalhadores assíduos na intervenção; estes tiveram QVT de 63% pré e 68% pós-intervenção com a FL. Quanto ao humor, 2 mulheres do GE preencheram os critérios para a avaliação desta variável. Observou-se que, ao final do período de trabalho, os domínios: tensão, depressão, raiva, fadiga, raiva e confusão mental mantiveram-se estáveis. Contudo, a vigor, que se espera estar diminuído, estava aumentado nas duas participantes: P1: de 4 para 11 e P2 de 7 para 9 (de 16 possíveis). **Conclusões:** Conclui-se que a FL melhorou a qualidade de vida no trabalho e a percepção do estado de humor entre os participantes.

Palavras-chave: Humor; Pandemia da COVID-19; trabalhador; Fisioterapia.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, I. M. Proteção da saúde dos trabalhadores da saúde em tempos de COVID-19 e respostas à pandemia. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo , v. 45, e17, 2020.
- HELIOTERIO, M. C. et al. COVID-19: por que a proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde é Prioritária no combate à pandemia? **SciELOPreprints.664**, 2020.
- MELO, B. F. et al. Atuação do fisioterapeuta nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador: indicadores das notificações dos DORT. **Fisioter Pesqui.**, v.24, n. 2, p. 136-142, 2017.
- RAMÍREZ-ORTIZ, J. et al. Mental health consequences of the COVID-19 pandemic associated with social isolation. **Colomb. J. Anesthesiol.** , v. 48, n. 4, p. 1–7, 2020.
- VELO, S. A. et al. Influência da fisioterapia laboral sobre estresse no trabalho, sintomas osteomusculares e sonolência em funcionários de uma UBS de Ourinhos/SP. **Anais do I Seminário de Extensão e Pesquisa e III Semana Acadêmica FAESO – 2020.** Ourinhos. p. 18-20, 2020.

ESTILO DE VIDA EM UNIVERSITÁRIOS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE ESTUDANTES DE DIFERENTES ORIENTAÇÕES SEXUAIS.

Mateus Machado de Oliveira⁸⁹

João Vitor Teodósio Soares⁹⁰

Débora Alves Guariglia⁹¹

⁸⁹ Mateus Machado de Oliveira – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: mateusoliveira8855@gmail.com.

⁹⁰ João Vitor Teodósio Soares – Enfermagem – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: vitor.1807@hotmail.com.

⁹¹ Débora Alves Guariglia – Educação física – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: debora.guariglia@uenp.edu.br.

O estilo de vida é um fator determinante para a saúde de uma população, e estudantes ao ingressarem em uma universidade tendem a ter grandes mudanças em seu estilo de vida. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi avaliar por meio de um delineamento transversal, o estilo de vida em universitários da região sudeste do Brasil, e comparar as diferenças entre as orientações sexuais. Referencial Teórico: O estilo de vida pode ser definido como padrões de comportamento modificáveis que todos os seres humanos apresentam e pode ser influenciado por escolhas e atitudes perante diversos comportamentos do cotidiano (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1998). Nesse sentido, os universitários podem se tornar um grupo vulnerável a mudanças de comportamento, já que ao ingressar em uma universidade se envolvem com novas pessoas que pensam e tem valores diferentes refletindo em suas atitudes diárias (JUNG et al., 2010). Métodos: Essa pesquisa será do tipo observacional com um recorte transversal, a qual foi divulgada via redes sociais, e-mail e em universidades que aceitaram a participar dessa pesquisa realizada na região Sudeste do Brasil, onde foram obtidas respostas de 866 voluntários. Os universitários maiores de idade responderam a um formulário eletrônico contendo um termo de consentimento livre e esclarecido e o link do questionário envolvendo a temática do estudo, sendo esse respondido de forma anônima. O questionário utilizado para avaliar o estilo de vida foi o “Estilo de vida fantástico”, esse traz 25 questões fechadas, divididas em nove domínios: família e amigos; atividade física; nutrição; álcool; cigarros e drogas; comportamento preventivos; tipos de comportamentos; introspecção e trabalho. Para análise descritiva os dados foram apresentados em frequência absoluta (n) e relativa (%) calculados no programa Excel. Posteriormente, foram feitas análises da relação do estilo de vida de acordo com a orientação sexual por meio do teste qui-quadrado, no programa SPSS 25.0, e o nível de significância estatística adotada foi de $p \leq 0,05$. Resultados: Entre os universitários as questões que apresentaram associações com orientação sexual ($P < 0,05$) com vantagens para os heterossexuais foram: 1) fumar cigarros; 2) Usar drogas como maconha e cocaína; 3) Consumir bebidas alcoólicas; 4) Relaxar e desfrutar do tempo de lazer; 5) Aparentar em estar com pressa; 6) Pensar de forma positiva e otimista; 7) Sentir-se tenso e desapontado 8) Sentir-se triste e deprimido. E os não heterossexuais apresentaram vantagem com comportamentos positivos em apenas uma questão: 1) sentir-se com raiva e hostil. Dessa forma, conclui-se dentre os universitários, que são uma população vulnerável em relação ao seu estilo de vida, a orientação sexual é um componente importante a ser considerado nas orientações e intervenções, visto que de forma geral não

ser heterossexual está associado a uma maior quantidade de comportamentos de risco em seu estilo de vida, quando comparados aos heterossexuais.

Palavras-chave: estilo de vida; universitários; orientação sexual.

REFERÊNCIAS:

AÑEZ, CIRO R. R; REIS, RODRIGO S.; PETROSKI, EDIO L. **Versão brasileira do questionário “Estilo de Vida Fantástico”:** tradução e validação para adultos jovens. 2008.

JUNG, MARY ELIZABETH; Bray, Steven Russell; Ginis, Kathleen Anne Martin. **Behavior Change and the Freshman 15: Tracking Physical Activity and Dietary Patterns in 1st-year University Women.** Journal of American College Health, v.56, n.5, p.523-530, 2008. doi: 10.3200 / JACH.56.5.523-530

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health Promotion Glossary.** Geneva; 1998.

INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA LABORAL EM QUADROS DOLOROSOS SOB NÍVEIS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO E A INFLUÊNCIA DA ESPIRITUALIDADE NESTES RESULTADOS

Matheus Maia da Silva⁹²

Ricardo Aparecido da Silva⁹³

Fabiana de Toledo Duarte⁹⁴

Theda Manetta da Cunha

Suter⁹⁵

Liandra Gabriela Galvão⁹⁶

Thamiris Costa de Lima⁹⁷

⁹² Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: matheusuhull@hotmail.com

⁹³ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: riicardodasilva@gmail.com

⁹⁴ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: fabianatoledo088@gmail.com

⁹⁵ Docente - Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: thedasuter@hotmail.com

⁹⁶ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: gabrielaliandra23@gmail.com

⁹⁷ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: thamisrcostadelima0@gmail.com

Tema geral e problema de pesquisa: Diante da organização laboral baseada em metas, produtividade, cenário cada vez mais ambíguo e tecnológico o trabalhador tem se adaptado continuamente. Ainda, demandas de trabalho sem precedentes quanto à complexidade e volume, ensejadas pela pandemia da COVID-19, geraram angústia, ansiedade e a necessidade de adequação do trabalhador em todo mundo. Desta forma, tornam-se importantes iniciativas para a manutenção da saúde do trabalhador e a fisioterapia laboral vem de encontro a esta necessidade. **Objetivo:** O objetivo foi verificar a influência dos níveis de ansiedade e depressão sobre o resultado de um protocolo de fisioterapia laboral em quadros dolorosos e como a espiritualidade tem influência sobre estes resultados. **Referencial Teórico:** Desde tempos imemoráveis, crenças, práticas e experiências espirituais e religiosas têm sido um dos componentes mais prevalentes e influentes da maioria das sociedades. Estudos antropológicos atuais têm mostrado que a visão religiosa continua presente em todos os estratos sociais como parte importante da compreensão do processo saúde e doença (PILGER, 2017). Estudos já têm estabelecido associação entre a espiritualidade e a qualidade de vida nessa população. O presente projeto Investiga a atuação de atividades da fisioterapia laboral sobre o estado de ansiedade e depressão causado pelas novas demandas do mercado e pelo atual cenário pandêmico em funcionários administrativos em uma instituição de ensino superior e como a espiritualidade tem influência sobre estes resultados. **Metodologia:** O delineamento é de estudo de caso experimental quantitativo realizado de agosto a novembro de 2020 sob CAAE: 14278019.2.0000.5496. Devido à pandemia da COVID-19, a intervenção ocorreu virtualmente, síncrona, por meio da plataforma Teams da Microsoft®. Os participantes foram 24 colaboradores da área administrativa da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Após a avaliação inicial, os participantes foram submetidos a um protocolo de exercícios com frequência de duas vezes por semana durante 15 minutos. Os encontros ocorreram em 13 semanas consecutivas, totalizando 25 sessões. O protocolo de Fisioterapia Laboral (FL) seguiu as atividades propostas por Suter (VELO et al., 2020): com aquecimento, alongamentos e exercícios específicos de fortalecimento muscular (região cervical, abdominal e panturrilha). As variáveis foram coletadas por meio de ficha de identificação, Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares -QNSO, para investigação dos locais dolorosos (LD) nos últimos 7 dias, *Escala Hospital Anxiety and Depression Scale* – HAD e escala de Espiritualidade de Pinto C & Pais-Ribeiro JL.

Resultados: Participaram do estudo 24 funcionários, destes 16 são mulheres, média de 34 anos. Apontaram a média de 2,2 LD antes da intervenção, sendo a região cervical e ombros os locais de dor mais apontados. Os 9 indivíduos que não participaram da intervenção foram reunidos no Grupo Controle iniciaram o estudo com 1,6 LD e ao final aumentaram para 1,7. O Grupo Experimental (GE) foi constituído por 15 trabalhadores assíduos na intervenção e apontaram média de 2,6 LD pré e 1,2 LD pós-intervenção com a FL. Destes, 10 tinham traços de ansiedade e depressão (TAD) e espiritualidade forte ativa, reduziram de 2,7 para 1,7 LD após a FL; e os 5 sem TAD com espiritualidade fraca e não ativa reduziram de 2,4 para 0,6 LD. Após a intervenção com a FL a região cervical se manteve prevalente em todos os grupos. **Considerações finais:** Independente da TAD, os trabalhadores com mais LD se engajaram mais na FL. Portanto conclui-se que o protocolo de FL aplicado, diminuiu dores nos participantes e que esta melhora foi menor nos trabalhadores com TAD e com espiritualidade forte ativa.

Palavras-chave: Fisioterapia; Espiritualidade; Dor; Ansiedade; Depressão.

CAAE: 14278019.2.0000.5496

REFERÊNCIAS:

CAPELA, M.C.; ASSUNÇÃO, A.N.; SAUER, J.F.; CAVALCANTE, A.B.; CHALOT, S.D. Associação da qualidade de vida com dor, ansiedade e depressão. **Rev Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v.16, n.3, p.263-8, jul./set. 2009.

OLIVEIRA, L. M. de; FONSECA, C. D. da; BELASCO, A. G. S. Como o transplante renal afeta a qualidade de vida e qual a influência da espiritualidade para o paciente? [online]. **BlogRev@Enf**, 2020 [viewed 10 October 2021]. Available from: <https://blog.revenf.org/2020/11/13/como-o-transplante-renal-afeta-a-qualidade-de-vida-e-qual-a-influencia-da-espiritualidade-para-o-paciente/>

PILGER, C., et al. Spiritual well-being and quality of life of older adults in hemodialysis. **Rev. Bras. Enferm.** [online]. 2017, vol. 70, no. 4, pp. 689-696. ISSN 1984-0446 [viewed 15 October 2020]. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0006>. Available from: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-71672017000400689&lng=pt&nrm=iso&tlng=en

VELO, S. A. et al. Influência da fisioterapia laboral sobre estresse no trabalho, sintomas osteomusculares e sonolência em funcionários de uma UBS de Ourinhos/SP. **Anais do I Seminário de Extensão e Pesquisa e III Semana Acadêmica FAESO – 2020**. Ourinhos. p. 18-20, 2020.

INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA LABORAL SOBRE O ENGAJAMENTO E CAPACIDADE PARA O TRABALHO.

Ricardo Aparecido da Silva⁹⁸

Theda Manetta da Cunha
Suter⁹⁹

Tema geral e problema de pesquisa: O trabalho vai além da renda e do sustento; trata-se de realização pessoal, de significado de vida. Contudo a imprevisibilidade com que ocorrem as mudanças na economia mundial afeta diretamente a população economicamente ativa. O que gera insegurança, desconforto, adoecimento, assim é urgente a necessidade de otimizar a satisfação dos trabalhadores empresa para que haja melhor desempenho e qualidade em suas funções. A atuação fisioterapêutica preventiva no ambiente de trabalho tem se destacado e visa prevenir e atuar nas alterações físicas, funcionais próprias da atividade laboral, estimulando o engajamento do trabalhador na

⁹⁸ Docente do curso de Fisioterapia e coordenadora do curso de pós-graduação Traumatologia e Ortopedia com Ênfase em Terapia Manual da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP – suter.theda@estacio.br

⁹⁹ Discente da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP - ricardodasilva@gmail.com

atenção a própria saúde. **Objetivos:** Verificar os efeitos da fisioterapia laboral sobre o engajamento e a capacidade para o trabalho em funcionários de uma faculdade em Ourinhos/SP. **Referencial teórico:** Cada vez mais estudos comprovam na literatura que o ambiente profissional e outros fatores estão diretamente relacionados à produção de uma empresa, e são muitas vezes causadores de estresse, levando conseqüentemente à diversos outros problemas emocionais e físicos (MURTA, 2012). Distúrbios emocionais e físicos são responsáveis na grande maioria dos afastamentos de trabalho, tratamentos de saúde e outros processos de reintegração de volta à rotina, tanto no Brasil como em outros países (BORK, 2011). A frase “qualidade de vida” inclui fatores relacionados à saúde como físicos, emocionais e mentais, e aqueles que não são relacionados, como amigos e família entre outros fatores de vida fora do trabalho (COSTA, 2012).

Metodologia: Foi realizado um programa de fisioterapia laboral com os trabalhadores da área administrativa da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (FAESO) de 10 de agosto de 2020 até 27 de novembro de 2020. Devido à pandemia da COVID-19 as atividades foram realizadas por meio do Microsoft teams. O protocolo aplicado foi composto por aquecimento com mobilizações articulares, alongamentos gerais e fortalecimento de abdome e panturrilha eram realizados duas vezes por semana com duração de 15 minutos num total de 40 sessões. Os funcionários foram avaliados por meio do questionário de Índice de Capacidade para o Trabalho – ICT no início e ao final do estudo. **Resultados:** Participaram da pesquisa 24 pessoas de 30 à 52 anos que trabalhavam na faculdade. Após a realização inicial e final do programa de fisioterapia laboral com os participantes, pode chegar aos seguintes resultados, aqueles que não participaram tiveram um escore de Índice de Capacidade para o trabalho de 37,54(BOM), enquanto aqueles que participaram tiveram um escore 38,59(BOM) tendo uma melhora de 1,25 no escore ao término do projeto. Porém, pode-se dizer que este resultado foi significativamente positivo, pois, trata-se de um protocolo que avaliou em todos os aspectos a capacidade física e mental dos colaboradores dentro da empresa neste momento de pandemia, no qual, tiveram mudanças, sobrecargas e dificuldades enfrentadas durante esse período. **Considerações finais:** Concluiu-se, portanto, que o protocolo aplicado foi benéfico para os trabalhadores e gerou um melhora significativa na capacidade de trabalho daqueles que participaram. Além disso, a capacidade para o trabalho afeta em diversas formas em geral a produção de um funcionário dentro de uma empresa, muitas vezes levando-o à incapacidades físicas e mentais como por exemplo a depressão, ansiedade e distúrbios no sono. Podem-se considerar estes resultados valiosos, levando em consideração que foi realizado durante

uma pandemia, em um momento atípico com diversas mudanças no cotidiano dos envolvidos.

Palavras-chave: Fisioterapia; Saúde dos Trabalhadores; Capacidade para o Trabalho; Produção; Pandemia.

REFERÊNCIAS:

MURTA N.A. et al. Validação Da Escala De Sonolência De Epworth Em Português Para Uso No Brasil. **J Bras Pneumol**, v. 35, n. 9, p. 877-883, 2012.

BORK, B.E.; COOK, T.M.; ROSECRANCE, J.C.; ENGELHARDT, K.A.; THOMASON, M.E.; Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho em fisioterapeutas. **Phys Ther**, v. 76, n. 8, p. 827-35, 2011.

COSTA; SWERTS, F.C.T; ROBAZZI, M.L.C.C. Efeitos da ginástica laboral compensatória na redução do estresse ocupacional e dor osteomuscular. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 22, n. 4, p. 629-636, 2012.

**FISIOTERAPIA LABORAL E QUALIDADE DE VIDA SOB
INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA EM
TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS DO RAMO
EDUCACIONAL**

Thamiris Costa de Lima¹⁰⁰
Theda Manetta da Cunha
Suter¹⁰¹

Liandra Gabriela Galvão¹⁰²
Matheus Maia da Silva¹⁰³
Ricardo Aparecido da Silva¹⁰⁴
Fabiana de Toledo Duarte¹⁰⁵

Tema geral e problema de pesquisa: O ambiente de trabalho é um local onde os indivíduos passam a maior parte do seu tempo e assim, onde gastam suas energias diariamente, também é um local onde é deparado com regras e resultados para cumprirem,

¹⁰⁰ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: thamiriscostadelima0@gmail.com

¹⁰¹ Docente - Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: thedasuter@hotmail.com

¹⁰² Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: gabrielaliandra23@gmail.com

¹⁰³ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: matheusuhull@hotmail.com

¹⁰⁴ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: riicardodasilva@gmail.com

¹⁰⁵ Discente – Fisioterapia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – E-mail: fabianatoledo088@gmail.com

o que pode resultar em exaustão. Portanto, o trabalhador estabelece contato entre seus colegas que resulta em comunicação e emoções repetidamente no seu cotidiano. É de extrema importância enfatizar a saúde no trabalho, onde liga o estado de bem-estar, no qual, são pilares e abrange a saúde mental e física do indivíduo. Desde à saúde mental e física é necessário estabelecer um equilíbrio e tratar elas como prioridades, pois são pilares para manter uma qualidade de vida, e assim, ambos possam evitar doenças físicas e mentais. Todavia, a promoção da saúde no trabalho, precisa ser reforçada diariamente, mostrar a importância de otimizar a saúde no trabalho, e fortificar como o nível de atividade física pode afetar no desempenho pessoal, e também, na promoção do aumento de produtividade e ajuda na colaboração do seu ambiente de trabalho. **Objetivos:** É comparar o nível de atividade física com o índice de qualidade de vida em trabalhadores administrativos da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP. **Referencial teórico:** Predominantemente o padrão de atividade física, revela que as pessoas ativas apresentaram maiores escores de qualidade de vida comparados aos inativos, aqueles que apresentam uma vida sedentária. É relevante apontar, a maior prevalência de pessoas ativas em geral, qualificando em uma qualidade de vida. E assim, indicam também melhora em estados físicos e psicológicos também são encontradas quando os comparam à prática de atividades físicas (SILVA; SOUZA; TOMASI, 2010). A Ginástica Laboral ela apresenta uma planos de melhorar a qualidade de vida do trabalhador e seus seguimentos são necessários para construir uma base científica para que esta seja aplicada, e duração de tempo. Percebemos a importância da Ginástica laboral no que diz respeito às dimensões física, social, psicológica e mental. A utilização da ginástica laboral em empresas é um oferecimento para uma melhor qualidade de vida no trabalhador, englobando o seu ambiente de trabalho (SOUZA; SANTOS; PALMA, 2015). **Metodologia:** O delineamento é de estudo de caso experimental quantitativo realizado de agosto a novembro de 2020 com os trabalhadores da área administrativa da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos - FAESO. Devido à pandemia da COVID-19, a intervenção ocorreu virtualmente, por meio da plataforma Teams da Microsoft Os participantes foram avaliados inicialmente com questionário de identificação de características sociodemográficas sobre sexo, idade, escolaridade, estado civil, carga horária e exigências organizacionais do trabalho, tabagismo, prática de exercício físico, entre outras. Além deste, os instrumentos: Questionário de Qualidade de Vida no Trabalho - QWLQ-bref e Questionário do IPAQ. **Resultados:** No estudo, 19 dos participantes responderam o questionário IPAQ. Os 7 indivíduos que não participaram da intervenção

foram reunidos no Grupo Controle (GC). Destes, 5 classificados como sedentários tiveram redução de 8% na QVT, já entre os 2 ativos houve aumento de 7%. O Grupo Experimental (GE) foi constituído por 12 trabalhadores assíduos na intervenção e 6 classificados como sedentários tiveram aumento de 12% na QVT e os ativos de 8%.

Conclusões: Conclui-se que a cinesioterapia laboral melhorou a qualidade de vida dos participantes contudo, ser ativo teve grande relevância neste resultado.

Palavras-chaves: Nível de atividade física; Fisioterapia no trabalho; Qualidade de vida.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, K.O.; ANDRADE, P.O.; LEITE, L.F. Qualidade de Vida dos Trabalhadores da Área de Saúde: revisão de literatura, **Revista Científica do ITPAC**, v.1, n.8, p.1-5, 2010.

BAU, L.M; O reconhecimento da especialidade em fisioterapia do trabalho pelo COFFITO e Ministério do Trabalho/CBO: Uma conquista para a fisioterapia e a saúde do trabalhador, **Rev Bras Fisioter**, São Carlos, v. 13, n. 2, p. v-vi, mar./abr. 2009.

GUARDA, F. R. B. Frequência de Prática e Percepção da Intensidade das Atividade Físicas mais Frequentes em Adultos. Fundação de Educação Superior de Olinda. Pernambuco, Brasil. **Rev. Pam-Amoz Saúde**, 2010.

HEIDEMANN, I.T. S; WOSNY, A.M; BOEHS, A.E; Promoção da Saúde na Atenção Básica: Estudo baseado método de Paulo Freire, **Ciênc. saúde colet**, v.19, n.08, 2014.

ROSSATO, L.C; DUCA, G.F.D; FARIAS, S.F; NAHAS, M.V; Prática da ginástica laboral por trabalhadores das indústrias do Rio Grande do Sul, Brasil, **Rev. bras. educ. fís. Esporte**, v. 27, n. 1, 2013.

SILVA, A.M.R; SANTOS, S.V.M; LIMA, C.H.F; Fatores associados à prática de atividade física entre trabalhadores brasileiros, **Saúde Debate**, v. 42, n. 119, 2018.

VESPACIANO, B.C; DIAS, R; CORREA, D.A; A utilização do Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) como ferramenta diagnóstica do nível de aptidão física: uma revisão no Brasil, **SAÚDE REV**, Piracicaba, v. 12, n. 32, p.49-54, set. Dez. 2012.

APRENDER NA PANDEMIA – A EXPERIÊNCIA DE ALUNOS DA GRADUAÇÃO

Ketlen Patrícia de Oliveira¹⁰⁶

Karen Cristina Barbosa¹⁰⁷

Monique Pascoal Passos¹⁰⁸

Isabelly Christina Vendrame da Costa¹⁰⁹

Elaine Aparecida Soi¹¹⁰

Carolina Guizardi Polido¹¹¹

Nos últimos dois anos, a educação sofreu avanços significativos para adaptar-se à nova realidade global, que impôs a descentralização da sala de aula tradicional para a adesão de múltiplos canais e ferramentas de aprendizado virtual, visando a contenção da covid-19. A necessidade de isolamento e afastamento social levou à procura de novos meios para manter a interação social, configurando uma conjuntura desafiadora, principalmente

¹⁰⁶ Aluna do curso de graduação em Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GruPeES) da FAESO. E-mail: ketlen.oliveira1224@gmail.com

¹⁰⁷ Aluna do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GruPeES) da FAESO. E-mail: karenbarbosa.pessoal@hotmail.com

¹⁰⁸ Aluna do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GruPeES) da FAESO. E-mail: moohpassos66@gmail.com

¹⁰⁹ Aluna do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GruPeES) da FAESO. E-mail: Isabellycosta@gmail.com

¹¹⁰ Enfermeira, Mestre em Enfermagem, Docente do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GruPeES) da FAESO. E-mail: esoi@terra.com.br

¹¹¹ Enfermeira, Doutora em Saúde Coletiva, Docente do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudos em Saúde (GruPeES) da FAESO. E-mail: carolina.polido@estacio.br

no campo educacional (BASTOS et al., 2020). Muitas instituições brasileiras enfrentaram diversos desafios para oferecer ensino de qualidade e capacitar seus docentes para as variadas ferramentas disponibilizadas. Para além da demanda financeira e funcional, redescobrir o perfil do aluno e suas dificuldades criou uma lacuna entre o docente e o discente (FLAUZINO et al., 2021). Diante deste cenário, este relato de experiência aborda na visão de graduandos da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos, o impacto da pandemia e do ensino remoto em suas vidas cotidianas e em seu modo de aprender, mediado por seus professores. Há que se considerar, que a adesão ao ensino remoto foi marcada por vários sentimentos negativos e preconceituosos acerca da nova forma de ensino. Diante das dificuldades da nova realidade, novos obstáculos foram surgindo, como: internet de baixa qualidade, ambiente de estudos barulhentos nos domicílios, necessidade de passar várias horas em frente ao computador, pouco conhecimento sobre as tecnologias digitais e dificuldades em gerir o tempo com afazeres domésticos e trabalho profissional. Não podemos deixar de referir, em momento de retorno ao presencial, sobre as dificuldades de transporte até a faculdade, acompanhado de economia familiar prejudicada devido o desemprego, impossibilitando o custeio dos gastos educacionais. No entanto, apesar das dificuldades encontradas, vivenciamos pontos positivos, como as aulas gravadas, que nos ajudaram na gestão do tempo, e foram úteis para que, em caso de imprevistos, pudéssemos acessá-las em outro momento, maior autonomia de estudo e conhecimento das plataformas digitais. Também vivenciamos frustrações em relação ao modelo, ansiedade diante do novo, ficamos sobrecarregados e com medo do risco de contágio, de não conseguirmos dar conta desta nova realidade, dificultando nosso aprendizado. Portanto, fica evidente a necessidade de aprofundamento de estudos e reflexão no fazer educacional que calculem o real impacto da pandemia em estudantes de graduação.

Palavras-chave: educação; covid-19; educação remota.

REFERÊNCIAS:

BASTOS, M. C. et al. Ensino remoto emergencial na graduação em enfermagem: relato de experiência na covid-19. **REME** – Revista Mineira de Enfermagem, Belo Horizonte, v. 24, e-1335, set. 2020. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/e_1335.pdf. Acesso em: 25 de set. 2020.

FLAUZINO, Victor Hugo de Paula et al. As dificuldades da educação digital durante a pandemia de COVID-19. **Rev Cient Multidiscip Núcleo Conhecimento**, v. 11, n.03, p. 05-32, 2021. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/educacao-digital.

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS NO ATENDIMENTO DE SURDAS GESTANTES NOS SERVIÇOS DA SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO

Lilian Cristina Barbosa Pupo¹¹²

Vanessa Aparecida Palermo Campos¹¹³

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania. Em seu artigo 3º, para a comunicação das pessoas surdas nos âmbitos sociais, escolar, saúde e familiar é fundamental a acessibilidade com a Língua Brasileira de Sinais- Libras para assim ocorrer à interação dos sujeitos. No entanto, tal fato é dificultado pela ocorrência de a sociedade não proporcionar condições para que uma pessoa com surdez tenha a mesma oportunidade de acesso à linguagem, e nesse cenário a Libras se torna meio propagador para efetivar a comunicação (DIZEU; CAPORALLI, 2005). Ao se referir ao local de saúde, para que ocorra uma comunicação eficaz do profissional para com o paciente surdo, é preciso apropriar-se de medidas cabíveis para facilitar a linguagem, evitando barreiras (CHICON; SOARES, 2013). Apesar de ser um direito de a pessoa surda ter acesso a serviços da saúde de qualidade, estes são por muitas vezes, atendidos de maneira incorreta e até mesmo são, em alguns casos, desrespeitados em sua condição, pela dificuldade na comunicação, já que os serviços de saúde não possuem profissionais capacitados para um atendimento de excelência. Posto isto, este estudo teve como **objetivo** analisar as barreiras de comunicação enfrentadas por um casal de surdos durante a gestação nos locais de atendimento da saúde. Foi realizada uma entrevista semiestruturada, com um casal de surdos, usuários da Língua de Sinais, ambos com idade

¹¹² Discente do curso de Pedagogia. Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. lilianlibras88@hotmail.com

¹¹³ Tradutor Intérprete de Libras. Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. vanessa.palermo@estacio.br

de 30 anos, na qual, no momento do desenvolvimento da pesquisa estava no 7º mês da gestação. Como **resultados**, o estudo demonstrou que é impossível haver uma comunicação total e um entendimento quando não tem a Libras circulando no ambiente. O bloqueio da comunicação prejudicou o vínculo entre profissionais da saúde e surdos com sua primeira gestação, comprometendo o atendimento do pré-natal até o parto. O direito de saber todo detalhe sobre sua gestação, como todos os pais sonham com o momento, foram resumidos em poucas palavras escritas num papel de folha ou em pequenos gestos durante os nove meses. **Concluimos** sobre a importância de implementar um conhecimento sobre a Língua de Sinais nas equipes da área da saúde, ou um profissional Tradutor Intérprete para o atendimento de pacientes surdos com dificuldades de comunicação. A sociedade deve buscar que medidas nesse sentido sejam impostas em prol dessas pessoas que tem todo direito e capacidade de estarem na sociedade sem sofrer qualquer limitação frente aos seus direitos.

Palavras-chave: Acessibilidade; Saúde; Libras; Surdos; Gestante.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015, Seção 1.

CHICON. José Francisco; SOARES. Jane Alves. **Compreendendo os Conceitos de Integração e Inclusão**. 2013. Disponível em: < <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/compreendendo-os-conceitos-de-integracao-e-inclusao/>> Acesso em 22 set 2021.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 583-597, Aug. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 set 2021.

ENGENHARIA DIVERTIDA: UM RELATO SOBRE REFORÇO ACADÊMICO NO CONTEXTO DA PANDEMIA EM UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE OURINHOS

Larissa Galante Dias¹¹⁴

Gustavo José Corrêa Gonçalves¹¹⁵

José Carlos Daglio Camargo¹¹⁶

Tendo em vista o cenário atual da pandemia do COVID-19, sabe-se que o ensino remoto se tornou uma alternativa de grande valia para que as atividades de ensino pudessem continuar. Essa alternativa, que foi aplicada tanto no ensino básico quanto no ensino superior, deixa algumas lacunas evidentes no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que se perde a interação com os colegas na sala de aula e, até mesmo, com o professor. Desta forma, é de grande importância, em especial para o ensino fundamental, avaliar e atuar nas possíveis deficiências deixadas pelo ensino remoto, considerando ainda que nem todos os alunos possuem acesso aos meios digitais adequados para acompanhar as atividades. Com base neste cenário, está sendo desenvolvido e executado o projeto de extensão universitária Engenharia Divertida, que visou proporcionar aulas de reforço para alunos do 9º ano da Escola Estadual José Augusto de Oliveira, situada no município de Ourinhos, São Paulo. Os reforços foram em relação aos tópicos de Matemática e Ciências aprendidos ao longo do ano de 2020, que foi justamente o período mais agudo de mudança do ensino presencial para o remoto de forma repentina. Considerando essa mudança abrupta e a possível dificuldade de aprendizado experimentado pelos alunos neste período de aulas à distância, o projeto tem por objetivo identificar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos, bem como ajudar a superar essas questões. Além disso, o projeto visa motivar os alunos a continuarem seus estudos buscando o ingresso na faculdade, apresentando melhor os cursos e as profissões. De acordo com os

¹¹⁴ Docente – Curso de Engenharia Civil – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: larissa.dias@estacio.br.

¹¹⁵ Docente – Curso de Engenharia de Controle e Automação – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: gustavo.correa@estacio.br.

¹¹⁶ Discente – Curso de Engenharia de Produção – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: jc.daglio.camargo@gmail.com.

pesquisadores Moreira, Henriques e Barros, os desafios do ensino remoto são, em partes, distintos daqueles que existem no ensino presencial, de forma que é necessário avaliar de forma periódica como está sendo essa absorção dos conteúdos pelos alunos (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020). Da mesma forma, de acordo com Rondini e outros pesquisadores, o ensino emergencial à distância teve papel importante no contexto da pandemia, porém, não devem perder de vista os alunos com dificuldades de acesso aos recursos digitais, para que seu aprendizado não seja superficial (RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2020). Por fim, conforme apontado por Valente e outros pesquisadores, a prática da rotina docente de preparação e execução da aula deve ser alterada no ensino remoto emergencial, de forma que o impacto nos alunos possa ser o menor possível, dadas todas as dificuldades de acesso aos conteúdos digitais que podem existir por parte dos alunos (VALENTE et al., 2020). Desta forma, o projeto Engenharia Divertida também precisou se adequar a essa realidade, de forma que as atividades foram efetuadas de forma remota. Os alunos que tinham recursos tecnológicos suficientes assistiram às aulas por seus próprios meios, porém, muitos alunos precisaram acompanhar as atividades remotas por meio de um telão instalado na escola. Como resultados parciais, espera-se uma melhora no desempenho dos alunos em relação aos tópicos trabalhados pelo projeto. Isso será medido através de uma avaliação que foi aplicada logo no início do projeto e outra avaliação que será realizada próxima ao término do semestre letivo. Assim, foi possível verificar uma ótima aceitação dos alunos em relação ao projeto Engenharia Divertida, em que relatos positivos em relação à melhora na motivação de estudar remotamente foram observados entre os alunos.

Palavras-chave: Ensino remoto emergencial; projeto de extensão; reforço acadêmico remoto

REFERÊNCIAS:

MOREIRA, Jonas. A.; HENRIQUES, Sueli.; BARROS, Douglas. “Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia.” *Dialogia*, v. 34, p. 351-364, 2020.

RONDINI, Carlos. A.; Pedro, Kelen. M.; Duarte, C. dos S. “Pandemia do covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente.” *Educação*, v. 10, n. 1, p. 41–57, 2020.

VALENTE, Gary. S. C.; MORAES, Érica B. de.; SANCHEZ, Mariane. C. O. .; SOUZA, Daniel. F. de .; PACHECO, Michael. C. M. D. “Remote teaching in the face of the

demands of the pandemic context: Reflections on teaching practice.” **Research, Society and Development** v.9, n.9, p. e843998153, 2020.

O DIREITO E A ENFERMAGEM NO MOVIMENTO DE HUMANIZAÇÃO DO GESTAR E PARIR

Cristiele Fabiana Bernardo¹¹⁷

Gabriela Andrade Zecca¹¹⁸

Fabiana Polican Ciena¹¹⁹

Carolina Guizardi Polido¹²⁰

A maternidade é um momento marcante na vida da mulher. Envolve a família e toda comunidade, e estes são muito importantes diante todo o processo. No cenário da assistência, o parto deixou de ser considerado um processo fisiológico, tirando o protagonismo da mulher e dando origem à violência obstétrica (DODOU; RODRIGUES; ORIÁ, 2017). Visando melhorar este cenário, surge o movimento de humanização, estimulando diversas iniciativas de mudanças e a atualização das práticas obstétricas (NASCIMENTO et al., 2010). Visando a ocorrência de violência obstétrica, bem como a carência de informações sobre a mesma, este trabalho evidenciou como problema de pesquisa quais são os reflexos da violência obstétrica na saúde da mulher e quais os respaldos jurídicos das gestantes mediante a conduta da violência obstétrica. Objetivando demonstrar através de revisões bibliográficas a violência obstétrica e seus reflexos na saúde da mulher, bem como analisar os respaldos jurídicos das gestantes mediante a conduta da violência obstétrica. Este trabalho de pesquisa interdisciplinar utilizou como base o trabalho de conclusão de curso de enfermagem anteriormente apresentado, assim como, o trabalho de conclusão de curso de direito que está em andamento. “A interdisciplinaridade se apresenta como uma metodologia em que se respeita a especificidade de cada área, procurando estabelecer e compreender as relações entre os conhecimentos sistematizados [...]” (WEIGERT, VILLANI E FREITAS, 2005, p. 148). A fonte de pesquisa para este trabalho foi a biblioteca virtual em saúde BVS (BIREME), bem como, os artigos e julgados foram analisados e selecionados no sítio eletrônico JUSBRASIL. Na área da saúde, foram analisadas 12 bibliografias que cumpriram os critérios de inclusão e exclusão, trazendo foco sobre assistência ao parto, percepção das

¹¹⁷ Aluna do curso de graduação em Direito FAESO. E-mail: cristielelegori@gmail.com

¹¹⁸ Aluna do curso de graduação em Enfermagem FAESO. E-mail: gabrielaazeca@gmail.com

¹¹⁹ Docente, Doutora em Direitos Humanos. E-mail: fabiana.ciena@estacio.br

¹²⁰ Docente, Enfermeira Doutora em Saúde Coletiva. Email: carolina.polido@estacio.br

parturientes, puérperas e profissionais sobre a violência obstétrica, tipos de violências obstétricas mais comuns e seus reflexos na saúde da mulher. Na área jurídica, foram previamente analisadas 09 bibliografias que cumpriram os critérios de inclusão e exclusão, resultando provisoriamente em alguns tópicos que se destacaram a violência obstétrica no âmbito jurídico, responsabilidade civil, o desconhecimento dos operadores jurídicos sobre o tema ocasionando a mitigação de direitos e as políticas públicas preventivas na mudança do cenário. Concluiu-se que a violência obstétrica são todas aquelas que roubam o protagonismo da mulher, causando traumas, sendo considerada como uma forma de violência de gênero que implica em desrespeito aos direitos humanos e da mulher. Caracterizada principalmente pela agressão verbal, violência na forma de serviço e processos de trabalho, violação dos direitos das gestantes e, dentre a mais presente, a violência contra o corpo feminino durante o parto. As questões de classe social, raça e escolaridade também influenciam diretamente para uma maior ocorrência deste tipo de violência, além de evidenciar a carência na compreensão de mulheres sobre o assunto. As diretrizes que regem a política do SUS estabelecem o acesso igualitário dos indivíduos aos serviços de saúde com ações que vão ao encontro de suas necessidades. Responsabilidade Civil tem como fundamento legal no fato de que nenhuma pessoa pode lesar o direito de outra. O art. 927 do Código Civil brasileiro estabelece que “aquele que, por ato ilícito (artigos 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo” e ainda em 39, parágrafo único que “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos específicos em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem” (BRASIL, CC, 2019). Tendo em vista que os profissionais de saúde têm a responsabilidade civil subjetiva de se comportar diante dessas mulheres em concordância com o que determina o Código de Ética de Medicina. O Poder Judiciário brasileiro é deficiente no que se refere às decisões das questões sobre violência obstétrica. A ausência de legislação específica somada à falta de conhecimento dos magistrados sobre o tema concorre para o desamparo das parturientes na perspectiva mínima de proteção dos direitos fundamentais. Há necessidade de promoção de estratégias de políticas públicas como atualização dos profissionais de assistência a saúde e a inserção do tema, violência obstétrica, nas grades curriculares.

Palavras-chave: violência obstétrica; direito da mulher; direito da parturiente; parto humanizado; assistência obstétrica.

REFERÊNCIAS:

BEZERRA, E.O. et al. **Aspectos da violência obstétrica institucionalizada**. *Enferm. Foco*, v.11, n.6, p.157-64, 2020.

BRITTO, C.M.C.; OLIVEIRA, A.C.G.A.; COSTA, A.P.C.A. **Violência obstétrica e os direitos da parturiente: o olhar do Poder Judiciário brasileiro**. *Cad. Ibero-amer. Dir. Sanit.*, v.9, n.1, p.120-4, 2020.

DODOU, H.D.; RODRIGUES, D.P.; ORIÁ, M.O.B. **O cuidado à mulher no contexto da maternidade: caminhos e desafios para a humanização**. *Rev. Fund. Care. Online*, v.9, n.1, p.222-230, 2017.

NASCIMENTO, N.M. et al. **Tecnologias não invasivas de cuidado no parto realizadas por enfermeiras: a percepção de mulheres**. *Rev. Esc. Anna Nery Enferm.*, v.14, n.3, p.456-461, 2010.

PEREIRA, A.S. **Violência Obstétrica**. Jusbrasil, 2021. [Disponível em: <https://arianesoares45.jusbrasil.com.br/artigos/1280825209/violencia-obstetrica> - acesso em 10/10/2021 às 23:39h].

PEREZ, C.P. **O Que é Interdisciplinaridade?** Definições mais comuns em Artigos Científicos Brasileiros. *INTERSEÇÕES*, v. 20, n. 2, p.454-472, 2018.

A PSICOLOGIA NA ATENÇÃO BÁSICA E O PRINCÍPIO DA INTEGRALIDADE

Iasmim Bernardo Batista¹²¹

¹²¹Docente: Iasmim Bernardo Batista - Psicologia - Estácio de Sá Ourinhos.
Iasmim.bernardo.batista@gmail.com

Introdução: A implementação dos serviços de psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS) proporcionou uma melhoria nos indicadores básicos de saúde populacional, promovendo o acesso ao acolhimento e modificando as dimensões de atendimento, onde as ações seriam concentradas integralmente no cidadão como um todo em sociedade, tendo conhecimento das condições de assistência na saúde básica visando às necessidades de acolhimento e atendimento pessoal e coletivo. Objetivos e método: Objetivando o contato com os conceitos e seu aprofundamento, propomos uma revisão bibliográfica de caráter exploratório. Desenvolvimento: Considera-se clínica ampliada uma equipe bem integrada que ouça as experiências dos indivíduos que necessitam de atendimento a partir de diferentes ambientes (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019). Em contrapartida, encontram-se resistências por parte dos pacientes e equipe multidisciplinar, como a dificuldade em exercer o acolhimento em conjunto com a área de saúde mental. Torna-se necessário conhecer as condições de assistência na saúde básica referentes às interações entre os usuários e profissionais, visando às necessidades de acolhimento e atendimento pessoal e coletivo. Destacam-se os princípios fundamentados em função da Lei nº 8.080 de 1980 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1990), que aborda a descentralização em conjunto com a integralidade. Conclusões: O princípio da ação de saúde orienta-se pela inserção do indivíduo como um todo, sem uma visão unilateral na assistência à saúde básica, não somente como práticas curativas. Portanto, torna-se necessária a colaboração do sistema desde a base administrativa até a execução das práticas alternativas.

Palavras-chave: Integralidade, SUS, Multidisciplinar

REFERÊNCIAS:

FERREIRA, Ricardo Corrêa; CHIRELLI, Mara Quaglio; PEREIRA, Alana Geórgia. **Abordagem psicológica na Atenção Básica em Saúde: da Fragmentação à Integralidade**, Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/gNZrC95y9gbBMbYqTgQNGNj/?lang=pt&forma=pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

¹²²Docente: Maria Angélica Burocchi - Psicologia - Estácio de Sá Ourinhos.
mah.angelica123@gmail.com

¹²³Docente Orientador: Luiz Bosco Sardinha Machado Junior - Psicologia - Estácio de Sá Ourinhos.
luiz.bosco@estacio.br

PESSOA, Paulo José Barroso de Aguiar. *Et al.* **Referências Técnicas Para Atuação De Psicólogos(Os) Na Atenção Básica À Saúde.** 1º Ed. Brasília, 2019. p 45.

JIMENEZ, Luciene. **Psicologia na Atenção Básica à Saúde: demanda, território e integralidade,** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZWFDHkf3v37hBsVvrXYBb8f/>>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

FRACOLI, Lislaine Aparecida; ZOBOLI, Elma Lourdes Pavone; GRANJA, Gabriela Ferreira; Ermel, Célia. **Conceito e prática da integralidade na Atenção Básica: a percepção das enfermeiras,** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/NLKhPGd9YWpQr9gYZL6MgKt/>>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

CENTRO CULTURAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SUS a saúde do Brasil: Princípios e diretrizes.** Disponível em: <<http://www.ccs.saude.gov.br/sus/principios.php>>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

MATRICIAMENTO EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA

Iasmim Bernardo Batista¹²⁴
Maria Angélica Burocchi¹²⁵

¹²⁴Docente: Iasmim Bernardo Batista - Psicologia - Estácio de Sá Ourinhos.
Iasmim.bernardo.batista@gmail.com

¹²⁵Docente: Maria AngelicaBurocchi - Psicologia - Estácio de Sá Ourinhos. mah.angelica123@gmail.com

Introdução: Às práticas e estratégias multidisciplinares estão interligadas às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), tornando o matriciamento fundamental na elaboração de abordagens que tendem a atender a necessidade de integração da área de saúde mental no contexto diário da atenção básica, fortalecendo a integralidade nas unidades de saúde. O desenvolvimento do apoio matricial encontra inúmeros desafios, dentre eles a hierarquização que se estende desde o início dos sistemas, a resistência por parte da equipe multidisciplinar juntamente com a visão da saúde como função individual, segundo as ciências naturais. As ações evidenciadas interrompem a implementação das táticas de pluridisciplinaridade. Objetivos e método: Promovendo o aprofundamento sobre os conceitos, propomos uma revisão bibliográfica de caráter exploratório a respeito do trabalho de matriciamento. Desenvolvimento: O profissional de psicologia inserido nesse contexto é um dos que pode trazer contribuições importantes, devendo realizar a contextualização e intervenção entre as equipes com a finalidade de inserir novas perspectivas sobre o atendimento multidisciplinar (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019). As equipes de Saúde da Família atuam como equipes de referência interdisciplinar, operando com diversos tipos de cuidados, incluindo o atendimento especializado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011), visando ao atendimento compartilhado e a ampliação das ofertas de saúde, instaurou-se o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), permitindo a construção de relações intersetoriais tornando, a experiência dos acolhidos mais ampla devido à disposição dos profissionais especializados em conjunto com a base primária. Conclusões: Podemos constatar a compreensão da interdisciplinaridade como caminho amplo em que se evidencia a melhoria notória do atendimento em saúde mental, onde os pacientes e equipe encontram mais meios terapêuticos, desta forma o compartilhamento de experiências, conhecimentos e recursos se torna cada vez mais viável em termo oneroso e assistencial, já que a interdisciplinaridade se baseia no suporte das equipes primárias e nota-se a diminuição de encaminhamentos desnecessários quando as práticas são exercidas corretamente e de forma usual.

¹²⁶Docente Orientador: Luiz Bosco Sardinha Machado Junior - Psicologia - Estácio de Sá Ourinhos.luiz.bosco@estacio.br

Palavras-chave: Matriciamento – Multidisciplinar – NASF

REFERÊNCIAS:

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na atenção básica à saúde.** 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

IGLESIAS, Alexandra; AVELLAR, Luziane Zacché. **Matriciamento em Saúde Mental: práticas e concepções trazidas por equipes de referência, matriciadores e gestores.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jG6jHLkx8zpxQMB4wQz6V6j/>. Acesso em: 10/10/2021.

VALENTE, Pablo. **Matriciamento: Uma união essencial entre Atenção Básica e Saúde Mental.** Disponível em: <<https://blog.cenatcursos.com.br/matriciamento-uma-uniao-essencial-entre-atencao-basica-e-saude-mental/>>. Acesso em: 10/10/2021.

CHIAVERINI, Dulce Helena. *Et al.* **Ministério da Saúde: Guia prático de matriciamento em saúde mental.** 1º Ed. Rio de Janeiro, 2011. p 14.

O PROBLEMA DE UMA TEORIA PARA A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO BRASIL

Luiz Bosco Sardinha Machado Júnior¹²⁷

¹²⁷ Docente – Curso de Psicologia – Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: luiz.bosco@estacio.br

Introdução: A Psicologia Escolar e Educacional é uma especialidade da Psicologia, formalmente reconhecida como tal no Brasil pelos órgãos de classe que regulamentam a profissão. Em toda a história da Psicologia científica, é a primeira área aplicada dessa ciência. Objetivos: Abordaremos seu corpo de práticas e o problema da falta de uma abordagem teórica específica e que responda às necessidades do contexto brasileiro, visando pesquisas futuras sobre o tema. Método: partindo de uma revisão bibliográfica exploratória, desenvolvemos o resumo de um possível ensaio sobre o problema. Desenvolvimento: Na virada do século XIX para o XX, as pesquisas laboratoriais sobre as chamadas funções mentais passaram a interessar à Pedagogia e aos atores sociais responsáveis por pensar políticas para o Ensino. A partir de sua origem, intitulava-se “psicologia educacional” a aplicação dos resultados das pesquisas psicológicas na Educação, voltada mais à investigação teórica; a “psicologia escolar” era seu uso no contexto específico da educação dentro das escolas. Hoje não são consideradas como áreas separadas, constituindo uma unidade em que é impossível diferenciar completamente uma da outra. Geralmente associada a “resolver” problemas de aprendizagem e de conduta na escola, trata-se de uma área ampla, cuja ação envolve diversos aspectos da Educação, para muito além de uma concepção de apenas trazer “soluções”. Todo processo de ensinar e aprender pode ser beneficiado com a atuação de profissionais da Psicologia Escolar e Educacional. Quando falamos desse processo, referimo-nos a um conjunto complexo de estruturas e ações que se desenrolam dentro do contexto escolar, ou o tendo como seu eixo central. Não se trata somente de crianças e adolescentes sob a obrigação de aprender conteúdos. Elementos como as relações professor x aluno, aluno x aluno, bem como os processos de gestão, de saúde do trabalhador da Educação e a orientação a familiares dos alunos fazem parte da atuação na especialidade. As linhas teóricas empregadas nesse campo de atuação incluem a análise institucional; a psicologia histórico-cultural; a análise do comportamento; a teoria comportamental-cognitiva. A psicanálise, predominante no Brasil na primeira metade do século XX, já não tem tanto espaço. Outras teorias podem ser o referencial de profissionais, mas sem disseminação significativa. Conclusões: Ainda que seja uma área cujo início no Brasil se confunde com a própria chegada da psicologia científica, encontramos a dificuldade em estabelecer uma teoria de psicologia escolar e educacional própria da realidade brasileira. Temos um corpo de práticas razoavelmente bem estabelecido, principalmente a partir da publicação do documento “Referências técnicas para a atuação de psicólogos (os) na educação básica” (CONSELHO FEDERAL DE

PSICOLOGIA, 2019), mas ainda assim, podemos observar uma lacuna entre a prática e a teoria que a embasa, sendo esta multifacetada, faltando-lhe a conceitualização necessária para que se desenvolva um corpo teórico próprio.

Palavras-chave: psicologia escolar e educacional; história da psicologia; elaboração teórica.

REFERÊNCIAS:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. 2. ed. Brasília : CFP, 2019.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**. Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SALVADOR, César Coll et al. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Editora Penso, 2015.

SUICÍDIO: PREVENÇÃO E PÓS-VENÇÃO

Isadora Silva Brandini¹²⁸

Luiz Bosco Sardinha Machado Júnior¹²⁹

Introdução: O suicídio é o ato deliberado e intencional de uma pessoa em tirar a própria vida. Até cometer o ato, é comum que a pessoa idealize, ou seja, que pense e planeje o

¹²⁸ Psicóloga graduada – Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos. E-mail: Brandini.b90@gmail.com

¹²⁹ Docente – Curso de Psicologia – Estácio de Sá de Ourinhos. E-mail: luiz.bosco@estacio.br

suicídio. É sempre importante lembrar que o suicídio é um fenômeno amplo, que envolve uma série de questões, tais como biológicas, sociais, culturais, psicológicas e ambientais. Objetivo e método: Considerando a proporção deste fenômeno, o objetivo da pesquisa se resume a falar sobre o assunto, quebrar preconceitos e orientar, para que seja possível prevenir o suicídio e também agir com responsabilidade com relação a pós-venção, através de um manejo eficiente e acolhedor. Para tanto, a metodologia utilizada é de levantamento bibliográfico, que quebra preconceitos e orienta, através de informações embasadas, como agir diante do suicídio. Desenvolvimento: É possível prevenir o suicídio, desde que suas causas sejam identificadas e devidamente manejadas. Ou seja, é necessário identificar os fatores de risco e trabalhá-los da maneira correta. (ABP, 2014). Porém, sabemos que o suicídio ainda é um tabu, pois ainda existe uma crença que dita que apenas falar em suicídio poderá provoca-lo, o que também é conhecido como “Efeito Werther”. Esta ideia se intensificou no século XVIII, com a publicação do livro “Os Sofrimentos do Jovem Werther”, na Alemanha, que conta a história de um jovem que passa por uma série de aflições, chegando, por fim, ao suicídio (VON GOETHE, 2018). Na época, houve uma onda de suicídios muito intensa entre jovens, a qual foi atribuída à publicação do livro. Porém, Tavares (2018) afirma que o suicídio enquanto fenômeno em massa é uma hipótese pouco embasada, e que, portanto, o “Efeito Werther” não tem qualquer comprovação. Porém, o autor ainda afirma que, apesar de o fenômeno não ocorrer em onda, é necessário, sim, tomar alguns cuidados ao falar sobre isso, e lembrar de sua influência social. Como dito anteriormente, o suicídio é um fenômeno amplo, que ocorre por uma série de questões e envolve muitas pessoas. No ano de 2018, a OMS (Organização Mundial da Saúde) constatou que cerca de 804 mil pessoas cometeram suicídio, e que até o ano de 2020 este número poderia aumentar em até 50% (dados constatados antes do início da pandemia de COVID-19). Além disso, a OMS ainda afirma que a cada 40 segundos, aproximadamente, uma pessoa tira a própria vida (ABP, 2014).

Palavras-chave: suicídio; prevenção; pós-venção.

REFERÊNCIAS:

ABP. Associação Brasileira de Psiquiatria. Suicídio: informando para prevenir. Brasília: Associação Brasileira de Psiquiatria, 2014.

TAVARES, Joana. “Uma Sociedade Que Discute Porte De Arma Está Na Contramão Da Prevenção Do Suicídio.” **Brasil De Fato**, 26 Sept. 2018.

VON GOETHE, Johan Wolfgang. Os sofrimentos do jovem Werther. **São Paulo: Martin Claret Ltda**, 2018.